

1

A morte de Jesus e seu impacto na história

A morte de cruz de Jesus é um fato. O significado da cruz de Jesus e seu valor salvífico é um dos pontos que a reflexão cristológica nos últimos anos tem procurado interpretar. Este tema continua atualmente como eixo de grandes debates onde notadamente destacam-se tendências que se opõem em sua expressão. Há os que veem a morte de Jesus como desígnio divino para trazer a salvação, como também há os que afirmam que a morte de Jesus foi consequência de sua práxis. Tais afirmações quando vistas isoladamente, em desarmonia, podem correr o risco de desviar o sentido originário da cruz de Jesus.

Em 1979 a Comissão Teológica Internacional reuniu-se para tratar de Questões Seletas de Teologia, dentre elas a análise da produção cristológica, principalmente europeia, dos vinte anos antecedentes, com o intuito de “discernir como harmonizar a verdade sobre Jesus Cristo transmitida pelo Novo Testamento e os dogmas eclesiais cristológicos com a presente situação, em que se deu uma nova ênfase à verdadeira humanidade de Cristo e seu caráter salvífico”¹¹.

A reflexão teológica tem a preocupação de apresentar o dogma com um olhar atual, mas sem perder o seu significado original. Implicitamente ressalta-se o objetivo de transmitir as verdades da fé em Jesus Cristo com eloquência e com uma linguagem atual e mais próxima do dado bíblico. Por muitos séculos foram mais exaltados os aspectos da divindade de Cristo e como consequência isto trouxe certo distanciamento entre Jesus e o ser humano em suas relações.

Na América Latina a Cristologia, e toda a teologia em geral, foi um reflexo da europeia por muito tempo. As afirmações dogmáticas que sublinhavam mais a divindade de Cristo do que a verdadeira humanidade eram aceitas sem questionamentos e se enfatizava mais o seu significado salvífico individual e transcendente do que o histórico. Nas devoções da religiosidade popular o destaque foi dado, sobretudo, ao Cristo sofredor, onde o povo sentia maior

¹¹SOBRINO, J., *Jesus na América Latina* p. 17.

proximidade a Deus em seus sofrimentos¹². A partir de Medellín a reflexão cristológica ganha rosto na América Latina e a teologia começa a ser desenvolvida a partir do seu “próprio poço”¹³, isto é, nasce uma teologia fonte.

Metodologicamente o momento do Jesus histórico foi ressaltado, dentro da totalidade de Jesus Cristo¹⁴. Sua pessoa, atividade, atitudes, processualidade e destino, que são acessíveis à investigação histórica e exegética, foram privilegiados.

A Cristologia latino-americana entende por Jesus histórico a totalidade da história de Jesus e a finalidade de começar com o Jesus histórico é a de que se prossiga sua história na atualidade¹⁵. “O interesse que os latino-americanos têm demonstrado pelo Jesus histórico não provém do mero interesse exegético e histórico, mas porque veem nele o modo mais adequado e mais teológico de enfocar os diversos temas da teologia da libertação”¹⁶.

Uma das reflexões da Cristologia latino-americana é a de Jon Sobrino. Para ele é necessário sublinhar que não se pode conceber nem chegar ao absoluto senão através da história¹⁷. Um dos temas centrais de sua reflexão é a cruz de Jesus como ponto fundante do seu seguimento.

Desde os primeiros séculos da Igreja o escândalo da cruz de Jesus foi motivo de grandes debates e de não aceitação por muitos, pois a concepção de um Deus que sofre é contraditória. Porém, temos aqui o núcleo que nos

¹² Cf. *Ibid.*, p.17. Exemplo típico das devoções ao Cristo sofredor é ênfase dada na Sexta-feira Santa, onde a participação do povo é maior do que nos outros dias do Tríduo pascal. Além disso, em determinadas regiões privilegia-se a procissão do Senhor morto. Há também inúmeras letras de hinos que enfatizam a morte de Cristo na cruz como expiação de nossos pecados, dentre elas destacamos *Por que Ele vive*: “Deus enviou seu Filho amado para morrer no meu lugar, na cruz sofreu por meus pecados...”.

¹³ Expressão utilizada por G. Gutierrez no título de sua obra *Beber em seu próprio poço*.

¹⁴ Cf. SOBRINO, J., *op. cit.*, p. 87.

¹⁵ A cristologia européia iniciou a busca do Jesus histórico no séc XVII. Nesta primeira fase foram várias as tentativas de escrever a vida de Jesus para chegar ao Jesus histórico, isto é, ao que os evangelhos afirmam de Jesus que não seja interpretação de fé. Nos séculos seguintes houve uma reação à busca do Jesus histórico, onde se procurou aceitar o Cristo da fé sem os dados históricos. O principal expoente dessa reação foi R. Bultmann. Contrapondo Bultmann, deu-se início em 1953 uma segunda fase na busca do Jesus histórico denominada New Quest. Logo após, em 1985, iniciou-se a terceira etapa: Third Quest. Sobrino apresenta o significado do Jesus histórico nessas cristologias em SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, pp. 78-82. Ao falar da diferença entre voltar a Jesus na Europa e na América Latina, Sobrino cita J. L. Gonzáles Faus: “Na Europa o Jesus histórico é objeto de investigação, ao passo que na América Latina é critério de seguimento. Na Europa o estudo do Jesus histórico pretende estabelecer as possibilidades e racionalidade do fato de crer ou não crer. Na América Latina a apelação ao Jesus histórico pretende levar ao dilema de converter-se ou não” (Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 82). Em relação ao nosso tema sobre a morte de Jesus podemos citar as seguintes obras da Third Quest: *The Death of the Messiah* (A Morte do Messias), de Raymond Brown; *Who Killed Jesus?* (Quem Matou Jesus?), de John Dominic Crossan; e *El destino de Jesús: su vida y su muerte*, de H. Schürmann.

¹⁶ SOBRINO, J., El Jesus histórico, crisis y desafío para la fe, p. 202. In: *ECA*, abril, 1975, n. 318, pp. 201-224.

¹⁷ Cf. SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p.16.

diferencia de outras religiões. Apenas no cristianismo Deus se faz tão humano e tão próximo até mesmo na dor e no sofrimento a ponto de morrer numa cruz.

Em *Cristologia a partir da América Latina*¹⁸, de 1976, Sobrino faz um primeiro ensaio de Cristologia com a finalidade de apresentar Jesus Cristo a partir da perspectiva da libertação. No sexto capítulo desta obra ele apresenta sua reflexão sobre a morte de Jesus a partir de 14 teses.

Em 1991, lança outra obra intitulada *Jesus, o libertador*¹⁹ com a mesma finalidade da anterior, porém esta é mais elaborada, fruto de um grandioso trabalho. Assim, já na introdução da segunda obra justifica a necessidade de outro livro de Cristologia, onde aprofunda os conteúdos da primeira e ressalta a diferença entre esta obra que enfatiza Jesus como o libertador e as Cristologias européias. Para Sobrino, enfatizar Jesus como o libertador é de fundamental importância para a realidade latino-americana, onde a crucificação acontece a cada momento. Portanto, há a necessidade do anúncio da esperança de libertação²⁰. Devido a este contexto, Sobrino teve o desejo de intitular sua obra *Jesus Cristo crucificado*, pois para ele tanto Cristo como o Continente estão hoje crucificados²¹. Assim, podemos contemplar a cruz como eixo de sua Cristologia: “O Jesus Cristo crucificado tão onipresente, é realmente uma boa notícia, é na verdade um Jesus Cristo libertador”²². Nesta obra ele faz uma leitura histórico-teológica da vida e morte de Jesus.

Dando continuidade à reflexão, lança em 1999 a obra *A fé em Jesus Cristo. Ensaio a partir das vítimas*²³, onde trata da realidade última de Jesus Cristo, proclamado como Filho de Deus a partir da ressurreição e confessado como verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano na fé da Igreja.

A cruz de Jesus é um ponto de partida para olharmos toda a sua vida. A realidade nos impulsiona a olharmos muito mais a beleza que agrada aos nossos olhos do que olhar a “beleza escondida” na cruz; assim colocamos “adornos” em torno dela para melhor explicá-la. Sobrino enfatiza que

“na prática o que se costuma afirmar da cruz de Jesus é que com ela o homem foi salvo. A repetição irreflexiva desta afirmação chegou a uma concepção mágica da redenção, e no fundo, a eliminar o aspecto escandaloso da cruz histórica de Jesus”²⁴.

¹⁸ Título original *Cristología desde América Latina*.

¹⁹ Título original *Jesucristo liberador*.

²⁰ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 11.

²¹ Cf. *Ibid.*, p. 11.

²² Cf. *Ibid.*, p. 22.

²³ Título original *La fe em Jesucristo. Ensayo desde las víctimas*.

²⁴ SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p.192.

Jesus morreu crucificado. Daqui podemos haurir que Jesus morreu violentamente, assassinado, como nos confirma o Novo Testamento e mais especificamente os quatro Evangelhos, onde encontramos as narrativas de sua paixão e morte. Na América Latina muitas pessoas morreram e continuam morrendo de forma violenta como vítimas de um sistema opressor que gera a cada dia “crucificados” e excluídos. Para Jon Sobrino esses dois fatos históricos são o ponto de partida de sua teologia da cruz:

a cruz de Jesus remete às cruzes existentes, mas que estas, por sua vez, remetem à de Jesus, e que são – historicamente – a grande hermenêutica para compreender por que matam Jesus, e teologicamente, expressam em si mesmas a pergunta que não pode ser calada sobre o mistério do por que Jesus morre. Os povos crucificados no Terceiro Mundo são hoje o grande lugar teológico para compreender a cruz de Jesus²⁵.

Jon Sobrino apresenta dois problemas relacionados entre si, porém distintos, em relação à morte violenta de Jesus. O primeiro problema está relacionado à pergunta histórica pelas causas da sua morte: “por que matam Jesus?”. O segundo refere-se à pergunta teológica pelo sentido de sua morte: “por que Jesus morre?”²⁶.

Com o presente capítulo propomo-nos apresentar a reflexão de Jon Sobrino acerca do aspecto histórico da cruz de Jesus, procurando responder “por que matam Jesus”. Sua reflexão está em sintonia com a dos teólogos da libertação, que buscam apresentar os perigos existentes nas afirmações que igualam soteriologia e cruz, pois tais afirmações desviam a atenção dos aspectos históricos da cruz de Jesus ocultando que ela não foi um erro ou um acaso. Segundo Sobrino,

“a cruz é tudo, menos uma metáfora. Significa morte e crueldade, ao que a cruz de Jesus acrescenta inocência e indefensibilidade. Para os teólogos cristãos, a cruz remete-nos a Jesus de Nazaré. Ele é o crucificado. Por isso, ao chamar os pobres deste mundo de povos crucificados, nós os tiramos do anonimato e conferimos-lhe a máxima dignidade”²⁷.

Ressaltando os aspectos históricos da cruz de Jesus, Sobrino busca iluminar a realidade das cruzes que o povo latino-americano vivencia a cada dia.

²⁵ Id., *Jesus, o libertador*, p.288.

²⁶ Cf. *Ibid.*, p. 287.

²⁷ Id., Epílogo, p.350. In: VIGIL, J.M. (Org.), *Descer da cruz os pobres: cristologia da libertação*, pp. 345-357.

1.1.

O acontecimento da crucificação como condenação sumária: o escândalo da cruz

Jesus morre como um condenado. Condenado à morte e morte de cruz. Castigo de escravos e subversivos segundo a lei romana para os que houvessem cometido crimes atrozes como assassinio, furto grave, traição e rebelião. Era a condenação mais cruel e vergonhosa.

“Não se tratava somente de uma condenação particularmente cruel, mas também de um ato profundamente discriminatório. Condenar à morte de cruz os escravos e os combatentes pela resistência aos romanos significava também o seu cruel desprezo por esta gente”²⁸.

A crucificação foi introduzida no Ocidente pelos persas. Era uma forma de pena oriental pouco utilizada pelos gregos, mas muito usada pelos cartagineses e romanos²⁹. Os cidadãos romanos não eram crucificados. Quando condenados, podiam ser decapitados.

Para os judeus a morte de cruz não é mencionada na Lei. No direito penal judaico a pena adicional para os idólatras ou blasfemos era o “pendurar no madeiro após a morte mediante apedrejamento ou decapitação (Dt 21,22s), e assim o executado era tachado publicamente como amaldiçoado por Deus: “Maldito quem for pendurado no madeiro” (Dt 21, 23b)³⁰.

Diretamente os romanos são os principais responsáveis pela morte de Jesus, pois o direito de proferir sentenças de morte (*ius gladii*) era reservado a eles. Os judeus perderam o direito de conduzir processos com penas capitais quarenta anos antes da destruição do templo (70 d.C)³¹. Se Jesus morre como um condenado houve um processo e uma razão para tal condenação à morte.

Sobrino afirma que a concepção que Jesus tinha de Deus é que o leva à cruz³². Para chegar a tal afirmação, tem como ponto de partida a análise dos processos religioso e político de sua condenação.

O processo contra Jesus começa com sua prisão no Getsêmani. Cada relato evangélico o narra de uma forma diversa. Marcos é o mais sumário, enquanto Mateus e Lucas estendem o relato. João segue um esquema próprio. Quanto à historicidade desses processos apresentados pelas narrativas dos evangelhos há muitas discussões exegéticas. A exegese nos dá poucas

²⁸ KASPER, W., *Jesù, il Cristo*, p. 153.

²⁹ Cf. MCKENZIE, J. L., Cruz, p. 203. In: _____. *Dicionário Bíblico*, pp. 203-204.

³⁰ Cf. KESSLER, H., *Cristologia*, p. 256. In: SCHNEIDER, T. (ORG)., *Manual de dogmática*, pp. 219-400.

³¹ THEISSEN, G.; MERZ, A., *O Jesus histórico*. Um manual, p. 482.

³² Cf. SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p. 216.

informações acerca do que aconteceu historicamente nos interrogatórios judiciais com as autoridades judaicas e romanas. Porém, os fatos da crucificação, da condenação por Pilatos e da inscrição no alto da cruz em três línguas conhecidas dos judeus são historicamente certos³³.

As narrativas da paixão são perpassadas por explicações teológicas com o objetivo de dar um sentido ao que aconteceu com Jesus. Tais relatos são descritos a partir da ressurreição, pois a fé cristã tem sua origem de modo completo e se torna consciente de si mesma após a ressurreição. Assim, encontramos nos textos a história mesclada de reflexões teológicas dos autores e interpretações de fé das comunidades que dificultam ver a morte de Jesus como uma morte criminosa e escandalosa³⁴.

Em relação ao processo religioso, afirmam as narrativas evangélicas que Jesus é julgado pelos chefes religiosos do seu povo, e segundo os Sinóticos, é condenado como blasfemador (Mc 14,64; Mt 26,66) e por isso deveria morrer. Porém, Jesus não sofreu o apedrejamento que era a pena judaica prevista para os casos de blasfêmia. Por que Jesus deveria morrer, ou melhor, quais foram as causas históricas que levaram Jesus a esta condenação é a questão levantada por Sobrino.

Jesus foi um liberal em matéria religiosa, pois suas práticas questionavam a opressão que a religião impunha ao povo devido à concepção de Deus que tinham. Para Jesus a reverência a Deus prestada através do rito e do culto como justificação automática apresentava alguns limites. Deus não é manipulável, portanto não eram as práticas da lei em detrimento do ser humano que salvariam³⁵. “O culto, além de hipócrita, necessita literalmente de sentido se não está acompanhado do amor ao irmão, porque não é nem pode ser a maneira de corresponder a Deus”³⁶. Exemplo típico é a rigidez da observância do sábado sublinhada por Jesus (Mc 2,23ss; Mt 12,1-8; Lc 6,1-5; Jo 5,9ss). “Deus não é um ser egocêntrico, cuja realidade é ser para si mesmo, mas é um ser para os outros”³⁷. Além disso, Jesus “pregou um rigorismo ético e exigente e um total desprendimento daquilo que comumente é considerado bom (família, posses

³³ Cf. BOFF, L., *Paixão de Cristo, paixão do mundo*, p. 52. As línguas eram o aramaico, o dialeto local; o grego, a língua do mundo romano; e o latim, a língua oficial da administração romana (Cf. MCKENZIE, J. L., Cruz, p. 203. In: _____. *Dicionário Bíblico*, pp. 203-204.

³⁴ Cf. SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p.196.

³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 216.

³⁶ *Id.*, *A oração de Jesus e do cristão*, p. 30.

³⁷ *Ibid.*

etc.) daqueles que o seguem”³⁸. Não resta dúvida que devido a tais atitudes Jesus entrou historicamente em conflito com os líderes religiosos.

O segundo momento do processo religioso refere-se ao interrogatório na casa do sumo sacerdote ocorrido à noite. O processo não poderia ter ocorrido à noite, pois não era permitido pela lei do sinédrio³⁹. João narra com menos detalhes o interrogatório e não trata do outro interrogatório perante o sinédrio na parte da manhã, como está descrito pelos Sinóticos. Segundo João, o sumo sacerdote interrogou Jesus sobre seus discípulos e sua doutrina (18,19). Os líderes religiosos tinham medo que ele se tornasse um perigo para a religião estabelecida. O sumo sacerdote não encontrou na resposta de Jesus nenhum motivo que o levasse à condenação. Porém, Jesus levou uma bofetada de um dos guardas por achar uma insolência sua forma de responder ao sumo sacerdote. Já nos Sinóticos a causa de sua condenação aparece quando Jesus blasfema ao declarar-se o Cristo (Mt 26,64; Mc 14,62; Lc 22,67)⁴⁰. “Segundo Marcos, o sumo sacerdote afirma solenemente no final do interrogatório: ‘Ouvistes a blasfêmia. Que vos parece? Todos julgaram que era réu de morte’ (Mc 14,64)”⁴¹. No direito judaico a pretensão de ser Messias não era um delito que levasse à morte⁴².

Seguindo ainda a lógica do processo religioso, as razões da condenação de Jesus para outros autores são divergentes. Sobrino contrapõe as teses de E. Schillebeeckx e de Boismard⁴³.

Para E. Schillebeeckx as pessoas que compunham o sinédrio eram contrárias a Jesus por diversos motivos, mas respeitavam a lei e não o condenariam sem uma base legal. O crime de blasfêmia é julgado à luz de Deuteronômio 17,12: “Quem tiver a ousadia de não escutar o sacerdote que lá está para o serviço do Senhor teu Deus, nem aceitar sua sentença, morrerá”⁴⁴.

“Em Israel é punido com a morte quem resistir ao sumo sacerdote no exercício de sua função de juiz, na base da qual ele tem que julgar também sobre a ‘ortodoxia judaica’. Desprezar a autoridade de Israel, sobretudo na sua função de examinar a ortodoxia judaica dos ‘mestres de Israel’, era base jurídica para uma execução legal”⁴⁵.

³⁸ Cf. Id., *Cristologia a partir da América Latina*, p. 215.

³⁹ Cf. BOFF, L., op. cit., p.52.

⁴⁰ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 301.

⁴¹ Id., *Cristologia a partir da América Latina*, p.216.

⁴² KESSLER, H., op. cit., p. 256.

⁴³ Cf. SOBRINO, J., op. cit., pp. 301-302.

⁴⁴ Cf. Ibid., p. 301.

⁴⁵ SCHILLEBEECKX, E., *Jesus. A história de um vivente*, p. 307.

Jesus silenciou diante da mais alta autoridade e isto seria um desrespeito e desacato, e assim uma blasfêmia. Jesus foi desaprovado porque ficou calado diante do sinédrio. Esse silêncio se tornou para o sinédrio a base jurídica para condenar Jesus segundo Dt 17,12⁴⁶. Porém, para Schillebeeckx “todos estavam contra Jesus, mas não havia unanimidade sobre o motivo legal para condená-lo. E é aí que começa a culpa do sinédrio. Chegou-se ao acordo de entregar Jesus aos romanos”⁴⁷.

Na base de diversas interpretações legais, todos os membros do sinédrio tinham objeções contra Jesus de Nazaré, mas muitos deles não achavam na doutrina e nas ações de Jesus motivo suficiente para aplicar-lhe o veredicto de Dt 17,12. Contudo, devido às objeções fundamentais que todos os membros do sinédrio tinham contra Jesus sob diversos pontos de vista, encontrou-se numa segunda sessão, uma saída jurídica: por causa das implicações políticas da atuação dele, vamos entregar aos romanos esse “problema Jesus”. Deixem os romanos decidir!⁴⁸.

Leonardo Boff afirma que tal tese assumida por E. Schillebeeckx parece pouco convincente, pois os testemunhos históricos do julgamento de falsos doutores ou profetas segundo Dt 17,12 foram aplicados posteriores ao ano 70⁴⁹. O próprio Schillebeeckx reconhece que a partir de 70 é que o texto foi aplicado com precisão nos julgamentos, mas afirma que já no tempo de Jesus o texto de Deuterônomo desempenhava papel decisivo⁵⁰.

Segundo Boismard, a razão da condenação de Jesus é o fato de querer destruir o templo (Mt 26,61; Mc 14,58). O templo era o centro configurador da sociedade judaica, assim é compreensível que os dirigentes judaicos, que eram religiosos, políticos e ricos ao mesmo tempo, quisessem eliminá-lo⁵¹.

Para Sobrino a conclusão de Boismard é mais convincente, pois coincide com o que Jesus fez ao longo de sua vida em relação à denúncia do antirreino. Jesus apresentou uma alternativa diferente de uma relação com Deus não mais centrada no templo, que havia se tornado o centro de uma teocracia política, social e econômica da vida de Israel⁵². O modo como Jesus falava e tornava Deus presente no mundo o levou a morte, portanto ele é condenado em nome de um deus⁵³.

⁴⁶ Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 310.

⁴⁷ SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 302.

⁴⁸ SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 311.

⁴⁹ Cf. BOFF, L., op. cit., pp. 53-54.

⁵⁰ Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 307.

⁵¹ SOBRINO, J., op. cit., p. 302.

⁵² Cf. *Ibid.*

⁵³ Cf. *Ibid.*

A decisão do Sinédrio foi ratificada pelo processo político diante do procurador romano Pilatos. As acusações de ordem religiosa são transformadas em difamações de ordem política. Segundo Sobrino, nos Evangelhos, sobretudo em Lucas, há uma tendência em transferir a responsabilidade da morte de Jesus aos chefes judeus e não a Pilatos⁵⁴. Porém, não há dúvidas que Jesus morreu crucificado como um malfeitor político e subversivo por se proclamar o rei dos judeus e com um tipo de morte que só os romanos poderiam realizar. Para confirmar as acusações de ordem política temos o fato de que Pilatos ofereceu a troca de Jesus por Barrabás que era um subversivo político. Jesus é equiparado a ele.

Nesse contexto de processo político dois tipos de acusações se inserem para conseguir a condenação de Jesus. Uma baseada em supostos fatos político-subversivos de Jesus, e outra, a que ocasionará a condenação, em base à oposição religioso-política que representava Jesus em relação a Roma⁵⁵.

Lucas 23,2 relata as acusações em relação os fatos político-subversivos de Jesus: “Encontramos este homem subvertendo nossa nação, impedindo que se paguem os impostos a César e pretendendo ser Cristo Rei”. Em João 19,12-15 confirmam-se as acusações: “aquele que se faz rei opõe-se a César...”.

A acusação de subversão é uma apresentação de Jesus como alguém politicamente perigoso diante de Pilatos. Quanto à acusação de proibir o povo a pagar os impostos, referentes a Mc 12,13-17, Mt 22,15-22 e Lc 20,20-26, Jesus apenas responde que é para dar a César o que é de César e o que é de Deus a Deus, distanciando-se de questões políticas. Em João Jesus se declara rei, porém com “um reino que não é deste mundo”. Com isso, Jesus exclui a ideia de que o seu reino seja político ou como o dos políticos⁵⁶.

Todas as acusações a Jesus não encontraram eco em Pilatos, pois não viu nenhum motivo para condená-lo (Jo 18,30). Pilatos não se assustou com a pretensão de Jesus querer ser rei (Jo 18,33) e até procurou livrá-lo porque acreditava na sua inocência. Porém, no final, é Pilatos quem condena Jesus à morte. Sobrino acentua que as palavras dos judeus “se soltas este homem, não és amigo do Imperador, porque quem se faz rei se declara contra César” (Jo 19,12), é que levaram Pilatos a condená-lo (Jo 19,16)⁵⁷. A condenação de Jesus é injusta e sem lógica, portanto confirma-se a tese defendida por Sobrino sobre o porquê matam Jesus:

⁵⁴ Cf. Ibid., p. 303.

⁵⁵ Cf. Ibid.

⁵⁶ Cf. ibid., pp. 304-305.

⁵⁷ Cf. Ibid., pp. 305-306.

As divindades e suas mediações estão em luta, e por isto, também seus mediadores estão em luta. O processo contra Jesus é um processo contra o mediador, mas é realizado para defender uma mediação e isso é feito em nome de um deus. Em outras palavras, o processo contra Jesus é também um processo contra seu Deus. A partir de agora se pode ver a tragédia que vai acontecer. Jesus será condenado à morte em nome de um deus, e Jesus e seu Deus parecem perder no processo⁵⁸.

Sobrino apresenta “como fio condutor do seu discurso o esquema da ‘luta entre os deuses’ na sua dupla ramificação de ‘luta entre as mediações’ e de ‘luta entre os mediadores’”⁵⁹. Os dois mediadores são Jesus e Pilatos e as duas mediações são o reino de Deus e o Império romano (a *pax romana*). Por trás dos mediadores e das mediações estão a luta de duas divindades: o Deus de Jesus e o deus de Pilatos, o imperador César. Os próprios Evangelhos afirmam que não se pode ser amigo de Jesus e de César ao mesmo tempo, pois todo rei se opõe a César (Jo 19,12). É preciso escolher entre dois senhores⁶⁰.

Não encontramos explicitamente nos Evangelhos a relação de Jesus com o campo político assim como no religioso ou no social. Então podemos nos perguntar por que ele seria tão perigoso para o Império. Sobrino afirma que a partir do religioso se mexe e se abala o alicerce da sociedade de maneira radical, e isto se confirma pela escolha de Barrabás, um subversivo político, ao invés de Jesus, um líder religioso⁶¹.

Em Cristologia a partir da América Latina, Sobrino compara a atuação de Jesus com a dos zelotas para se compreender sua posição diante do campo político. Os zelotas não foram duramente criticados por Jesus como foram os outros grupos sociais de seu tempo (fariseus, escribas e saduceus). Alguns pontos de vistas eram comuns a Jesus e aos zelotas, pois ambos compreendiam sua missão como uma implantação do Reino de Deus, afirmando que estava próximo e exigiam uma entrega incondicional à causa: Jesus exige um seguimento pessoal levando à cruz e os zelotas tiveram muitos mártires. Alguns discípulos de Jesus eram zelotas, como Simão (Lc 6,15) e talvez Judas Iscariotes e Pedro. Alguns atos de Jesus como a expulsão dos mercadores do templo (Mc 11,15ss), a entrada messiânica em Jerusalém (Mc 11, 1-10), o mandar vender um manto e comprar uma espada (Lc 22,36) são próximos aos atos de espírito zelota.

⁵⁸ Ibid., p. 300.

⁵⁹ TAVARES, S. S., *A cruz de Jesus e o sofrimento no mundo*, p. 37.

⁶⁰ Cf. SOBRINO, J., op. cit., p. 307.

⁶¹ Ibid.

Apesar dessas proximidades Jesus se distanciava dos zelotas em muitos sentidos. Os zelotas consideravam os cobradores de impostos como pecadores por serem colaboradores do poder romano de ocupação. Jesus admite entre os seus discípulos um cobrador de impostos (Mc 1,13s), come com eles (Mc 2,15) como sinal escatológico da vinda do Reino. Além disso, condena o uso da espada (Mt 26,52). E como já afirmamos anteriormente Jesus não se pronuncia claramente em relação aos impostos como faziam os zelotas. A instauração do reino de Deus seria feita, segundo os zelotas, a partir de uma insurreição armada. Jesus anuncia o reino onde o amor é a medida maior. Portanto, Jesus não pertenceu aos zelotas, pois sua concepção de Deus e de seu reino era diferente⁶².

O reino não se instalará através do poder, por isso Jesus não participa de nacionalismos religiosos exaltados nem de teocracismos político como o dos zelotas. O reino será de verdade, justiça e amor e será instalado, diferentemente da expectativa de todos os outros grupos, pela graça⁶³.

Os processos religioso e político são frutos de uma perseguição a Jesus por sua forma de apresentar Deus em relação ao reino e seus destinatários. O anúncio do reino de Deus da forma como Jesus fazia, incomodava as estruturas estabelecidas pelos dirigentes da sociedade (Mt 6,33;18,3;19,23; Mc 10,23-27; Lc 18,24-25). L. Boff afirma que “a aceitação que Jesus encontrava nas camadas populares preocupava as autoridades causando-lhes inveja e má vontade”⁶⁴.

Jesus critica os poderes opressores, incluindo na sociedade aqueles que são excluídos, “a perseguição é ocasionada porque Jesus ataca os opressores (dimensão histórica), os quais, além disso, justificam a opressão em nome de Deus (dimensão transcendente). E, ao atacá-los, defende suas vítimas”⁶⁵. O escândalo da cruz encontra-se em sintonia com as inúmeras cruces da história. Isto pode ser sintetizado pelas palavras de D. Romero a alguns camponeses aterrorizados, sobreviventes do massacre de Aguilares: “Vocês são o divino transpassado”⁶⁶.

⁶² Cf. Id., *Cristologia a partir da América Latina*, p. 221-223.

⁶³ Cf. Id., *Jesus, o libertador*, p.314.

⁶⁴ BOFF, L., *Jesus Cristo Libertador*, p. 114.

⁶⁵ SOBRINO, J., op. cit., p. 294.

⁶⁶ Cf. Id., Epílogo, p.350. In: VIGIL, J.M. (Org.), *Descer da cruz os pobres: cristologia da libertação*, pp. 345-357.

1.2. As principais interpretações da cruz nas primeiras comunidades cristãs

As primeiras comunidades cristãs estavam preocupadas em responder “por que Jesus morreu?”, visto que na cruz morre o Filho de Deus. Em um fato aparentemente negativo deve ter algo positivo e é esta a explicação que o Novo Testamento dá após a ressurreição de Jesus. Através da cruz de Jesus Deus concedeu a salvação.

Tal preocupação levou os cristãos a buscar alguma explicação possível e algum possível sentido para a cruz de Jesus. Com isso, corre-se o perigo de se desvirtuar ou suavizar o que há de escândalo na cruz de Jesus e nas cruzes da história. Assim, as explicações e o sentido que os cristãos dão para a cruz são objetos de fé, expressão de fé⁶⁷. As interpretações das primeiras comunidades não enfatizam o porquê histórico da morte de Jesus. A principal preocupação encontra-se no nível teológico.

“A convicção de fé de que à morte de Jesus cabe um significado soteriológico especial é uma convicção cristã primitiva já ancorada nas palavras da última ceia e registrada no Credo de 381 (crucifixus etiam pro nobis = crucificado também por nós)”⁶⁸. O *pro nobis* foi interpretado no Novo Testamento como sacrifício, expiação, resgate etc. Tais interpretações eram tentativas de aproximação linguística do acontecimento. Ao transmitir a mensagem da ressurreição os cristãos tiveram a necessidade de refletir sobre o escândalo da cruz⁶⁹.

Sobrino apresenta de forma lógica as respostas dos primeiros cristãos à pergunta “por que Jesus morreu?”, perpassando alguns pontos essenciais. No primeiro momento enquadra o significado da cruz no mistério de Deus⁷⁰. Só nele se justifica a morte de Jesus.

Já no primeiro escrito do NT encontramos a consideração da cruz de Jesus como o destino de um profeta. Em 1Ts 2,14ss se afirma que “eles (os judeus) mataram o Senhor Jesus e os profetas, e nos têm perseguido a nós...”. Com isso, unifica-se a perseguição que a comunidade sofria com o destino dos profetas e o de Jesus. Os evangelhos retomarão esta explicação quanto à rejeição de Israel aos profetas (Mt 23,37; Mc 12,2ss, Lc 11,49-50; Mt 23,34ss) e

⁶⁷ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador.*, p. 320.

⁶⁸ KESSLER, H., op. cit., p.374.

⁶⁹ Ibid., p. 269.

⁷⁰ Cf. SOBRINO, J., op. cit., pp. 321-323.

os sinóticos acrescentarão que o profeta rejeitado retornará para julgar seus verdugos (Lc 12,8-9; Mt 10,32-33s; Mc 8,38).

Apesar das primeiras comunidades justificarem a morte de Jesus como a morte de um profeta isto ainda não responde à questão por que Jesus morre, mas apenas esclarece por que matam Jesus.

Uma explicação da cruz importante para os cristãos provenientes da fé judia era a argumentação de que a cruz já estava predita nas Escrituras. Assim, não precisavam se surpreender com o escândalo da cruz. O texto dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35) enfatiza este anúncio. Em 1Cor 15,4 afirma-se que “Cristo morreu por nossos pecados segundo as escrituras”. Encontramos Jesus interpretando sua morte como predita também em Marcos (cf. Mc 8,31; 9,31; 10,33). Porém, estes textos também ainda não respondem ao por que da morte de Jesus.

Em outros textos encontramos que Jesus morre “segundo os desígnios da presciência de Deus” (At 2,23; 4,28). Ou ainda “que a cruz era necessária” (Lc 24,26; Mc 8,31).

Todos os textos citados colocam em Deus o sentido da cruz de Jesus.

Segundo Sobrino

apelar em última instância para Deus, para que ao menos nele a cruz tenha sentido, mostra, por um lado, a renúncia das pessoas a encontrarem esse sentido, o que é sinal de honradez para o que em si mesmo é só tragédia e escândalo. E mostra, por outro lado, a teimosia destas mesmas pessoas em manter que existe algum sentido; em outras palavras, que a história não é absurda, que a esperança continua sendo uma possibilidade. E colocam esse sentido em Deus⁷¹.

A apelação para encontrar em Deus o sentido da cruz de Jesus apresenta pontos positivos e negativos. O porquê só tem resposta em Deus, portanto a morte não é última palavra, mas o próprio Deus. O perigo de pensar assim é eliminar as arestas do escândalo da cruz e pretender saber por que e como a cruz de Jesus se torna algo lógico e até necessário em Deus⁷².

A resposta ao por que da cruz inserida no mistério de Deus leva a outros questionamentos: “Por que foi esse e não outro o desígnio de Deus?”, “Como um Deus bom, libertador dos oprimidos pode querer a morte do próprio Filho?”. Da pergunta “por que Jesus morre?” se passa a “para que Jesus morre e o que há de bom na cruz de Jesus?”. A resposta que o Novo Testamento encontra é que

⁷¹ Cf. Ibid., p. 322.

⁷² Cf. Ibid., pp. 322-323.

pela cruz de Jesus Deus nos salvou do pecado (At 5,31; Jo 11,50-52; 2Cor 5,14-15; 1Tm 2,6; Jo 6,51)⁷³.

Segundo Sobrino, este modo de proceder do Novo Testamento ao refletir sobre o “para-quê” salvífico da cruz apresenta alguns pontos que merecem atenção. Um deles é o restringir salvação à salvação dos pecados trazida pela cruz de Jesus, pois o reino de Deus anunciado por Jesus traz salvações plurais e estas podem não ser mais explicitadas, por exemplo, a salvação de qualquer tipo de opressão interna ou externa, espiritual e física, pessoal e social. Outro ponto é a distinção de dois níveis da soteriologia aqui explicitada: os cristãos acreditam que Deus quer salvar e que quer salvar através de Jesus. No primeiro nível da fé pode-se afirmar que na cruz há salvação. No nível mais teológico pergunta-se como que na cruz pode haver salvação.⁷⁴

O Novo Testamento se apropria da teologia subjacente ao Antigo Testamento para defender como na cruz pode haver salvação. Para isso os principais modelos soteriológicos que o NT apresenta unem cruz ao *sacrifício*, à *nova aliança* e à figura do *servo sofredor*. Encontramos também os escritos de Paulo que apresentam o sentido salvífico da cruz de maneira própria. Segundo Sobrino esses modelos são uma forma de dizer racionalmente que na cruz se manifestou o amor salvífico de Deus, portanto não explicam a salvação que a cruz enquanto tal traz. Além disso, correm o perigo de eliminar o escândalo da cruz em si mesma que é o fato de Deus deixar seu Filho morrer para trazer a salvação⁷⁵.

O *sacrifício* é “um fenômeno universal e que dificilmente se conhece uma religião que não tenha um ritual sacrificial”. Seu objetivo é estabelecer ou manter a comunhão com a divindade através de uma oblação por meio da consagração ou consumação da coisa oferecida⁷⁶. No Antigo Testamento o sacrifício é estabelecido para vencer a infinita distância que separa o ser humano de Deus pelo pecado da criatura. O sacrifício é tornar sagrada a oferenda do mundo da criatura ao ser introduzida no mundo sagrado. Ao consagrar ou consumir a oferenda o ser humano pensa que venceu a distância entre ele e Deus. Encontramos em vários lugares do Novo Testamento a figura e a ação de Jesus relacionadas ao sacrifício a partir de uma linguagem cultual sacrificial: “cordeiro pascal imolado” (1Cor 5,7), “cordeiro reconciliador (Ap 5,9), “o sangue” de Cristo que aponta para o sacrifício da cruz (Rm 3,25; 5,9; Ef 1,7; 2,13), o “sangue

⁷³ Cf. *Ibid.*, pp. 323-324.

⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 324.

⁷⁵ Cf. *Ibid.*, pp. 324-325.

⁷⁶ Cf. MCKENZIE, J. L., *Sacrifício*, p. 819. In: ____, *op. cit.*, pp. 819-824.

derramado” por “vós”, por “muitos” nas palavras da última ceia (Mc 14,24; Mt 26,28; Lc 22,20)⁷⁷.

Em Hebreus encontramos uma terminologia cultural-sacrificial que declara abolido todo sacrifício e todo sacerdócio anterior e posterior a Cristo. O texto critica profundamente os sacrifícios do AT, mas mantém a terminologia do sacrifício para explicar a salvação trazida pela cruz de Jesus. A crítica ao AT é que os sacrifícios não podem superar a separação, pois não são aceitos por Deus. Porém, o sacrifício de Jesus realiza a comunhão porque foi aceito por Deus⁷⁸. O sacerdócio e o sacrifício do judaísmo são contrapostos ao sacerdócio e ao sacrifício de Jesus. O ato de Jesus é comparado ao do sumo sacerdote no dia da Expição, pois com sua paixão ele oferece o único sacrifício verdadeiro (Hb 2,17). O sangue expiatório da nova aliança é o sangue de Jesus (Hb 9,12-14) e uma aliança só pode ser ratificada com sangue (Hb 9,15-21) e não há perdão dos pecados sem derramamento de sangue sacrificial (Hb 9,22). O sacrifício expiatório de Jesus deve ser oferecido apenas uma vez, já que é totalmente eficaz (Hb 9,25-28)⁷⁹. Jesus torna-se sacerdote e ao mesmo tempo a “oferenda perfeita” que sendo aceita por Deus pode trazer a salvação.

A *aliança* é outro modelo soteriológico do NT. Encontramos a relação entre aliança e salvação presente no AT. A aliança era selada através de derramamento de sangue. O NT se apropria desta relação para aplicá-la a Jesus. O seu sangue derramado na cruz torna-se o sangue da nova aliança. Hb afirma que em Jesus ocorreu uma aliança superior à do Sinai (8,6), predita em Jr 31,31-34. Na última ceia os sinóticos e 1Cor 11,25 afirmam que o sangue de Jesus é o que produz uma aliança nova e definitiva entre Deus e os seres humanos.

A figura do servo sofredor é outro modelo explicativo da salvação que a cruz traz. Essa figura é descrita nos quatro cânticos de Isaías (42,1-9; 49,1-6; 50,4-9; 52,13 – 53,12). O último cântico faz referência direta aos sofrimentos do servo. Não imediatamente, mas após a morte de Jesus, a comunidade primitiva identificou os sofrimentos do servo com os sofrimentos de Jesus e se apropriou dos cânticos para explicar como Jesus morreu. Porém, tal identificação não explicou o sentido histórico da morte de Jesus.

Encontramos ainda no NT algumas reflexões de Paulo, além das já mencionadas anteriormente, que ressaltam o valor salvífico da cruz. Em Paulo a

⁷⁷ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, pp. 325-326.

⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 326.

⁷⁹ Cf. MCKENZIE, J. L., *Sacrifício*, p. 823. In: ____, *op. cit.*, pp. 819-824.

cruz de Jesus é o tema central de sua pregação. Sobrino destaca pontos que são de suma importância presentes em 1Cor, 2Cor e Gl⁸⁰.

Em 1Cor destaca-se a crítica de Paulo aos cristãos que estavam se esquivando da cruz, pois pensavam que já viviam como ressuscitados: “Os judeus pedem sinais e os gregos procuram sabedoria, enquanto nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para judeus, loucura para os pagãos, mas poder e sabedoria de Deus para os chamados, quer judeus, quer gregos”(1Cor 1,22-24). Segundo Sobrino, é justamente o escândalo da cruz que a torna salvífica, pois constitui uma autêntica revelação de Deus, isto é, Deus se revela na cruz e aceitá-lo desta forma é aceitá-lo do jeito que Ele é e do jeito que se revela, e não como nós o queremos ou o imaginamos⁸¹. Em 2Cor é acentuado o valor salvífico da cruz, pois a fraqueza máxima se transformou em força (13,4), a pobreza em riqueza (8,9), o egoísmo em descentramento (5,15), a divisão em reconciliação (5,19), ou seja, o negativo em positivo⁸². Por último, na carta aos Gálatas, Paulo explica como a cruz nos libertou da lei convertida em maldição. Para Paulo a lei é boa, pois vem de Deus. Porém, a lei diz o que é para ser feito, mas não dá a força para fazê-lo. Assim, se não fosse por Cristo, o ser humano ficaria condenado ao fracasso. Ao nascer sujeito à lei resgatou os que estavam sob a lei (Gl 4,4-5), e esta libertação aconteceu na cruz, pois “Cristo resgatou-nos da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós” (Gl 3,13)⁸³.

Em síntese, as principais interpretações da cruz nas primeiras comunidades não explicam o porquê da morte de cruz de Jesus, como pudemos confirmar anteriormente. Os modelos soteriológicos (sacrifício, aliança, expiação vicária do servo, libertação da lei) são afirmações que a cruz de Jesus é salvífica. O NT não acentua um dolorismo ou a salvação como fruto do sofrimento. O que o NT destaca é a vida de Jesus como vida doada com amor gratuito e isto revela o amor de Deus⁸⁴.

⁸⁰ Cf. SOBRINO, J., Jesus, o libertador, pp. 329-330.

⁸¹ Cf. Ibid., p. 330.

⁸² Cf. Ibid.

⁸³ Cf. Ibid., p. 331.

⁸⁴ Para aprofundar a reflexão sobre as interpretações da morte de Cristo nas primitivas comunidades cristãs sugerimos BOFF, L., *Paixão de Cristo, paixão do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1977, pp. 89-107.

1.3.

As principais interpretações da cruz na tradição teológica

Em *Cristologia a partir da América Latina*, Sobrino afirma que “na história da Igreja e da teologia houve também uma tendência de passar por cima do escândalo da cruz”⁸⁵. Aqui enumera apenas três exemplos acerca das principais interpretações da cruz na tradição teológica. O primeiro exemplo é a dificuldade de aceitar o abandono de Deus na cruz por alguns teólogos desde a antiguidade. O segundo é a interpretação clássica na Idade Média sobre o sentido salvífico da morte de Jesus. Por último, uma concepção do culto como sacrifício. Nos exemplos citados está intrínseca uma influência da metafísica grega sobre o ser e a perfeição de Deus que impossibilitam uma teologia da cruz e que de alguma forma nos influenciam hoje também⁸⁶.

Em relação ao abandono de Deus na cruz de Jesus, alguns Padres da Igreja interpretaram o Salmo 22,2 na boca de Jesus como uma metáfora. Jesus fala em nome da humanidade pecadora e não em seu próprio nome, portanto não é ele que se sente abandonado pelo Pai. Para Orígenes, Cirilo de Alexandria e Agostinho, na pessoa de Jesus os pecadores são abandonados. Essa interpretação deve-se a má tradução do Salmo 22,2 que ao invés de “as vozes do meu brado”, se traduziu por “as vozes de meus pecados”. Jesus não poderia falar de si mesmo já que não era pecador, assim interpretou-se que o abandono de Deus não o afetou, mas aos pecadores em sua pessoa. Segundo Eusébio e Epifânio o Salmo 22 é um “diálogo entre a natureza humana e divina de Jesus: o homem Jesus se queixa ao Verbo de que tenha que abandonar a natureza humana no sepulcro”. Assim, não é o Pai que abandona propriamente o Filho. Tertuliano, Ambrósio e Tomás de Aquino “admitem que Jesus sofreu o abandono de Deus em sua psicologia, o que lhe causou angústia, mas não desespero”⁸⁷.

Na Idade Média Anselmo de Cantuária (+1109), em sua obra *Cur Deus homo* (Por que Deus se fez homem?), interpreta o sentido salvífico da morte de Jesus com a sua teoria da *satisfação vicária*. Tal teoria influenciou fortemente a cristologia e a soteriologia ocidentais posteriores⁸⁸.

A teoria da satisfação vicária é fruto da tentativa de diálogo com o judaísmo e o islamismo que acreditam em Deus uno, mas rejeitam uma

⁸⁵ SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p. 202.

⁸⁶ Cf. *Ibid.*, pp. 202-206.

⁸⁷ Cf. *Ibid.*, pp. 202-203.

⁸⁸ Cf. KESSLER, H., *op. cit.*, p. 325.

redenção por meio da encarnação ou até mesmo da morte do Filho de Deus. Anselmo expõe apenas com a razão através de razões necessárias porque Deus tinha de fazer-se humano. Deus se torna humano e por sua morte deu de novo a vida ao mundo⁸⁹.

No âmbito de categorias assumidas do direito germânico, como ofensa, satisfação, dignidade do ofendido, dignidade daquele que ofende etc, afirma Anselmo que a dignidade ofendida do Pai só pode ser aplacada pela satisfação de alguém que possa reparar dignamente, em uma palavra: superar a distância infinita entre Deus e a criatura. Este só pode ser o Filho de Deus feito homem. Pela cruz do Filho o Pai é reparado e perdoa os pecados dos homens⁹⁰.

Eis, sinteticamente, o caminho trilhado por Anselmo na teoria da satisfação vicária: Deus é o Senhor de tudo o que foi criado. O não reconhecimento desse senhorio distorce e perturba a ordem do mundo e assim o ser humano desonra a Deus. O pecado é o roubo em relação à honra de Deus. O roubo exige reparação, ou através de uma pena ou de uma reparação, assim o pecador deve pagar voluntariamente o que deve e se não pagar Deus obtém dele contra a vontade do pecador. Porém, isto é impossível por causa da destinação do ser humano à bem-aventurança, à qual o Criador se atém. Então, para reparar dignamente a ofensa a Deus é preciso que se pague a dívida com o mesmo peso de Deus, isto é, com um valor infinito, mas isto é impossível ao ser humano que é finito. Só Deus mesmo pode efetuar esta satisfação, assim é necessário que Deus se faça ser humano. Deus se encarna e sua entrega voluntária paga a dívida dos pecadores⁹¹.

A teoria de Anselmo reflete o sistema feudal de seu tempo. Deus é comparado ao senhor feudal, portanto não tem nada a ver com o Deus de Jesus Cristo. Deus assume os traços de um juiz cruel, sanguinário e vindicativo.

Finalizando as principais interpretações da cruz destacadas por Sobrino temos a concepção do culto cristão como sacrifício. O culto cristão que celebrava no início o ágape, celebração em agradecimento da salvação, lembrança de Jesus presente através do seu Espírito no meio da comunidade, vai se convertendo nos fins do primeiro século em liturgia sacrificial. Assim a cruz vai sendo concebida a partir do conceito de sacrifício e o seu sentido histórico não foi acentuado⁹².

⁸⁹ Cf. KESSLER, H., op. cit., p. 325.

⁹⁰ SOBRINO, J., op. cit., p. 203.

⁹¹ Cf. KESSLER, H., op. cit., pp. 325-326.

⁹² Cf. SOBRINO, J., op. cit, p.204.

De tudo o que se disse até agora podemos deduzir a seguinte conclusão: a cruz de Jesus foi um escândalo para os primeiros cristãos e por isso, consciente ou inconscientemente, foram aparecendo modelos teológicos para desvirtuá-la. O mecanismo fundamental para desvirtuá-la, acreditamos, consistiu em esquecer que quem morreu na cruz é o Filho de Deus e, neste sentido, em ignorar como a cruz afeta o próprio Deus. Se o Pai é, realmente, o último correlato da vida do cristão, na medida em que se prescinde do Pai ao refletir sobre a morte de Jesus, nesta medida se ignora a relação da cruz de Jesus com o último sentido da vida do cristão, mesmo quando verbal, ascética ou culticamente se continue recordando esta cruz⁹³.

A teologia cristã foi ao longo dos séculos formulada com o auxílio do pensamento grego, especificamente da metafísica. A influência deste pensamento na reflexão sobre a cruz de Jesus contribuiu para um desvio do seu sentido original. Na metafísica o modo de ser de Deus é ser perfeito, portanto um Deus assim não supõe sofrimento como modo de ser de Deus. O ideal de perfeição pressupõe imutabilidade: o perfeito é o eterno e o a-histórico, por isso a divindade é perfeita. Seria contraditório para o pensamento grego afirmar que Deus sofre, pois o sofrimento supõe mutabilidade e passividade⁹⁴.

Diante das principais interpretações da cruz na tradição teológica que Sobrino destaca queremos aqui apresentar algumas visões que merecem ser sublinhadas pela influência que exerceram na reflexão teológica.

Tomás de Aquino (+1274), em sua *Suma Teológica*, sistematiza os tratados teológicos. Dentre eles a cristologia é dividida em duas partes. Uma delas refere-se à soteriologia. Neste tratado ele retoma a ideia de satisfação como sinônimo de sacrifício e redenção utilizados pela Igreja antiga. Segundo Tomás, tudo o que Cristo vive e sofre em sua humanidade traz salvação para nós (Sth III q. 50 a. 6c). Porém, ele corrige alguns pontos da teoria de Anselmo: Deus poderia ter libertado o ser humano do pecado sem qualquer satisfação, por pura misericórdia (Sth III q.46 a. 2 ad 3); o caminho da redenção só pode ser descoberto a posteriori; Cristo assumiu a pena que nos caberia, mas ela atinge apenas o seu corpo (Sth III q.48 a. 8c); tanto na vida quanto na paixão o aspecto central da vida de Jesus é o amor ativo, pessoal e a obediência a Deus; o amor de Cristo é o aspecto que lhe dá valor satisfatório e causa efeito salvífico; a satisfação ocorre pelo pecado, efetua seu perdão e liberta da sujeição à pena⁹⁵.

A insatisfação com as formulações soteriológicas tradicionais e doutrinárias da Escolástica fez nascer na Idade Média uma mística onde a relação com

⁹³ SOBRINO, J., op. cit, p. 205.

⁹⁴ Cf. *ibid.*, p. 206.

⁹⁵ Cf. KESSLER, H., op. cit., pp. 329-330.

Jesus tornou-se cada vez mais pessoal. A figura de Cristo compassivo, que sofre junto com a pessoa, foi centralizada na mística e na devoção. Nesse contexto assume-se a cruz de Cristo com radicalidade, como Francisco de Assis, por exemplo, e busca-se viver como o Cristo, assumindo as cruzes do dia a dia na própria vida. Assim surgem livros e meditações sobre a vida de Cristo e os mais difundidos foram *Imitação de Cristo* de Tomás de Kempis (lido até hoje) e *Vita Christi* de Ludolfo da Saxônia⁹⁶.

A salvação continuou ponto de interrogação para muitos. A Reforma protestante do século XVI procurou responder aos anseios daqueles que buscavam compreender como poderiam se salvar diante de tanto pecado existente no mundo e com a imagem de um Deus tão distante que se criou. Lutero elabora a sua teologia da cruz indo diretamente aos textos bíblicos e sem o uso da filosofia grega como mediação. A cruz é o centro de sua cristologia.

Diante de um mundo cheio de sofrimento humano, vivenciado pela coletividade, a crença em um Deus justo, bom e poderoso só poderia ser desconsiderada. O sofrimento humano questiona a onipotência de Deus⁹⁷.

Devido a todo sofrimento trazido pela ganância, pelas guerras e por tantas outras formas causadas pelos próprios seres humanos nos perguntamos: “por que Deus permite tudo isso?”, ou ainda, “por que ele não intervém na história?”.

A contradição da imagem desse Deus todo-poderoso que foi difundida na tradição cristã e na pregação da Igreja em relação aos sofrimentos do mundo contribuiu na difusão do anúncio da morte de Deus⁹⁸. A verdade deste anúncio é que Deus aceita ser ignorado, rechaçado, negado, blasfemado, e isto pode ser confirmado nos relatos evangélicos onde Jesus se coloca a serviço dos excluídos daquela sociedade como os enfermos, os pobres, as mulheres, as crianças etc., para carregar nossas dores. Além disso, ressalta-se todo o caminho de humilhação que passou até a crucificação⁹⁹.

Deus foi mantido pela religião, de certa forma, à distância de seu Filho, portanto tornava-se difícil mostrar Deus se compadecendo do sofrimento humano. Alguns teólogos modernos tentaram pensar a fé à luz da cruz. Dentre eles destaca-se no campo protestante Jürgen Moltmann e no campo católico, Hans Urs Von Balthazar. Interessa-nos aqui ressaltar os pontos principais da

⁹⁶ Cf. KESSLER, H., op. cit., p. 331.

⁹⁷ O que geralmente compreendemos por onipotência como atributo de Deus não condiz com aquilo que de fato é. No segundo capítulo de nosso trabalho procuraremos explicar um pouco mais tal temática.

⁹⁸ A morte de Deus foi um anúncio do movimento filosófico no século XIX diante de tanto sofrimento. Para uma maior compreensão do surgimento desse movimento sugerimos MOINGT, J., *Dios que viene al hombre*. Del duelo al desvelamiento de Dios. Salamanca: Ed. Sígueme, 2007.

⁹⁹ Cf. MOINGT, J., *Dios que viene al hombre*. Del duelo al desvelamiento de Dios, p. 458.

reflexão de Moltmann¹⁰⁰, visto que Jon Sobrino bebe desta fonte¹⁰¹ e tenta traduzi-la para a América Latina¹⁰².

A experiência dos campos de concentração, especificamente o de Auschwitz, marcou profundamente a vida de Moltmann. A pergunta sobre a presença de Deus em meio a tanto sofrimento encontra uma resposta na presença de Deus no sofrimento do próprio Filho.

Sobrino destaca que em Moltmann podem-se distinguir duas etapas de sua reflexão teológica: a da “teologia da esperança” e a do “Deus crucificado”. A segunda etapa está centrada na cruz de Jesus¹⁰³. Em três obras principais Moltmann desenvolve sua teologia da cruz: *O Deus crucificado*¹⁰⁴, *A Trindade e o reino de Deus*¹⁰⁵ e *O caminho de Jesus Cristo, cristologia em dimensões messiânicas*¹⁰⁶.

Em 1972, em *O Deus crucificado*, tentou responder o que significa a morte de Cristo para o próprio Deus, como ele mesmo afirma:

Naquele livro estive interessado na pergunta por Deus: que significa a morte de Cristo para o próprio Deus? Tentei superar o antigo axioma metafísico da apatia na doutrina de Deus, para poder falar a respeito do essencial “sofrimento de Deus” não apenas em forma metafórica, mas diretamente. Enxerguei no grito de total abandono com o qual Jesus morre na cruz o critério para toda a teologia que pretende ser cristã. A teologia da cruz entrou para mim no horizonte da questão da teodiceia e refutou o teísmo abstrato como também o ateísmo abstrato¹⁰⁷.

¹⁰⁰ Moltmann nasceu em 1926 em Hamburgo, Alemanha. Lutou na II Guerra Mundial, foi feito prisioneiro pelos ingleses e foi levado para um campo de concentração na Inglaterra. De 1945-1948 foi prisioneiro da Bélgica, Escócia e Inglaterra. Esses anos de prisão levaram-no a refletir sobre o sentido da vocação cristã. Em 1943, Hamburgo foi destruída pela Operação Gomorra da Força Aérea Britânica e aproximadamente quarenta mil pessoas morreram. Assim, com 17 anos, viu morrer seus amigos e se perguntou: “Meu Deus, onde estás? Por que estou vivo e não morto como tantos outros?”. Na prisão ele refletiu sobre esses questionamentos buscando em textos bíblicos uma resposta e encontrou no grito de Jesus o grito de abandono de Deus por Deus. Em 1948 voltou à Alemanha e foi estudar teologia. A partir de 1952, atuou como pastor da Igreja Luterana. Desde 1967, foi professor de teologia sistemática na Universidade de Tübinga. Cf. ALMEIDA, E. F., *O drama pascal na cristologia de J. Moltmann e as representações contemporâneas do sofrimento e da morte*. Tese de doutorado. Puc-rio, 2002, pp. 2-5. Também em Cf. BINGEMER, M.C.L., *O Deus desarmado. A teologia da cruz de J. Moltmann e seu impacto na teologia católica*. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 36, 230-248, jan./jun. 2009.

¹⁰¹ Jon Sobrino defendeu sua tese doutoral em 1975, com o título “*Significado de la cruz y resurrección de Jesús en las cristologias sistemáticas de W. Pannenberg y J. Moltmann*”.

¹⁰² Em *O princípio misericórdia, descer da cruz os povos crucificados*, pp.14-28, como vimos na introdução de nossa pesquisa, Sobrino relata sua volta a El Salvador depois de seus estudos. Ele sente a necessidade de encarna-se na nova realidade: “Para dizê-lo em palavras concretas: não se trata de Ranher ou Moltmann, a quem estudei a fundo, já não terem nada a dizer, mas compreendi que era uma insensatez ter como ideal rahnerizar ou moltmanizar os salvadorenhos. Se eu pudesse ajudar algo em meus estudos, a tarefa teria que ser a inversa: salvadorenhizar Ranher e Moltmann, se fosse possível...”.

¹⁰³ Cf. SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, p.51.

¹⁰⁴ Título original *Der gekreuzigte Gott*. O título em espanhol é *El Dios crucificado*.

¹⁰⁵ Título original *Trinität und Reich Gottes*.

¹⁰⁶ Título original *Der Weg Jesu Christi: Christologie in messianischen Dimensionen*.

¹⁰⁷ MOLTSMANN, J., *O caminho de Jesus Cristo: cristologia em dimensões messiânicas*, p. 210.

No livro *A Trindade e o reino de Deus*, de 1980, desenvolve uma doutrina da Trindade que tem sua origem no essencial amor de Deus. No terceiro capítulo deste livro ele integra na cristologia trinitária a missão e o futuro do Filho¹⁰⁸.

Em *O caminho de Jesus Cristo, cristologia em dimensões messiânicas*, de 1989, adota como resumo da teologia da cruz a expressão dos “sofrimentos de Cristo”, que não se limitam a Jesus, mas têm dimensões universais. Assim elabora uma cristologia que seja relevante aos sofrimentos de nosso tempo¹⁰⁹.

O Deus crucificado é a obra que mais influenciou na reflexão de Sobrino e é por ele muito citada em sua teologia da cruz. Sobrino confirma que muitas reflexões do seu trabalho foram motivadas pelas sugestivas fórmulas da obra de Moltmann¹¹⁰.

Jon Sobrino seguirá a linha de Moltmann da *theologia crucis* como centro do mistério de Jesus Cristo, mas aplicando-a diretamente à questão da pobreza e da luta pela justiça. Moltmann está muito próximo das teologias do Terceiro Mundo e é fácil perceber o influxo mútuo dele sobre elas e delas sobre ele. Do “Deus crucificado” ao “povo crucificado” da Teologia da Libertação, o caminho é curto. Se, para Moltmann, Deus está no patíbulo com o jovem judeu do campo de concentração e, extensivamente, com todos os crucificados, a Teologia latino-americana de Ellacuría e Sobrino, por sua vez, vê o povo crucificado com Deus. O próprio Moltmann vê nesta passagem um desenvolvimento legítimo de sua Cristologia¹¹¹.

Para Moltmann verdadeira teologia é aquela que se faz à sombra do Crucificado e a partir da cruz¹¹². A cruz do ressuscitado é o conceito-chave que orienta sua reflexão teológica: “Ou o Jesus abandonado de Deus é o final de toda teologia ou é o começo de uma teologia e existência, especificamente, cristãs e, portanto críticas e libertadoras”¹¹³.

Em *O Deus crucificado*, Moltmann afirma que Deus participa da história, pois está presente no sofrimento de Cristo. Ele remeteu Deus ao terreno da história, onde no sofrimento de Cristo tornava-se possível descobrir “a humanidade de Deus”¹¹⁴.

“A religião cristã não pode anunciar plenamente a verdade do Deus de Jesus Cristo, a não ser anunciando também sua humanidade, e não pode fazê-lo de maneira credível, senão trabalhando na libertação e na humanização da história”¹¹⁵.

¹⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 210.

¹⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 210.

¹¹⁰ Cf. SOBRINO, J., *Cristologia a partir da América Latina*, nota 1, p.191.

¹¹¹ BINGEMER, M.C.L., *op. cit.*, pp. 244-245.

¹¹² Cf. BOFF, L., *Paixão de Cristo, paixão do mundo*, pp. 53-54.

¹¹³ Cf. SOBRINO, J., *op. cit.*, p.54 (Extraído de Moltmann em *El Dios crucificado*).

¹¹⁴ Cf. MOINGT, J., *O homem que vinha de Deus*, p. 512.

¹¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 516.

No sexto capítulo de *O Deus crucificado* encontramos o eixo desta obra, onde Moltmann aprofunda quem é Deus, tendo como ponto de partida a morte de Jesus, pois para ele existe na cruz um acontecimento de Deus, onde a Trindade se revela¹¹⁶. Moltmann demonstra como Deus é diferente do Deus apresentado pela metafísica, e esta, por sua vez, o quanto ocultou a essência de Deus. Para a metafísica Deus é apático. A apatia de Deus é o elemento no qual é percebido como imutável, sem afeto, sem amor¹¹⁷. Porém, a revelação bíblica apresenta um Deus que vem ao encontro do ser humano, isto é, um Deus que se envolve na história concreta a ponto de sentir os sofrimentos do ser humano¹¹⁸. No crucificado Deus alcança as dores do ser humano, portanto, isto é o máximo de sua revelação¹¹⁹. “Deus não só participa na nossa dor, mas converte nossa dor em sua própria dor, e introduz nossa morte em sua própria vida”¹²⁰.

A reflexão de Moltmann encontrou ressonância no contexto latino-americano de sofrimento. A interpretação da cruz que nasce na América Latina com a teologia da libertação também apresenta a participação de Deus no sofrimento de Cristo¹²¹. Para falar de um Deus que padece com o sofrimento humano, muitos teólogos da libertação utilizaram uma linguagem que parte da realidade que experienciam. Para Leonardo Boff

“se Deus se cala diante da dor é porque Ele mesmo sofre, assume a causa dos martirizados e sofredores (cf. Mt 25,31). Ela não lhe é alheia. Mas se a assumiu não foi para eternizá-la e tirar-nos a esperança. Pelo contrário: porque quer dar cabo a todas as cruces da história”¹²².

Na América Latina muitas são as vítimas que sofrem a miséria e a opressão. A pobreza tem sido a causa de grandes sofrimentos de inúmeras pessoas que vivem situações desumanas. Nesse contexto, a Teologia da libertação apresenta a Deus como libertador de todos os crucificados da história por sua participação nos sofrimentos de Jesus, exposto à conspiração dos poderes políticos e religiosos.

Milhões e milhões das classes subjugadas continuam sendo crucificadas com salários de fome, em condições de trabalho que lhes encurtam a vida e em

¹¹⁶ Cf. MOLTSMANN, J., *El dios crucificado*, p. 288.

¹¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 384.

¹¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 390.

¹¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 394.

¹²⁰ *Id.*, *El dios crucificado. Selecciones de teologia*. Disponível em: <http://cristianismointeligente.files.wordpress.com/2009/04/045_moltmann1.pdf> Acesso em: 15 abril 2010.

¹²¹ Cf. MOINGT, J., op. cit. p. 512.

¹²² BOFF, L., *Paixão de Cristo, paixão do mundo*, p. 141.

situações higiênicas que produzem a morte de cerca de quarenta milhões de pessoas anualmente. Outras pessoas penam sob a cruz da discriminação pelo fato de serem mulheres, doentes, pobres, negros, homossexuais, portadores de Aids e devido a outras formas de exclusão e morte social¹²³.

Como já afirmamos anteriormente, Sobrino busca iluminar a realidade das cruzes que o povo latino-americano vivencia a cada dia ressaltando os aspectos históricos da cruz de Jesus. Ao realizar este objetivo garante que o sentido original da cruz de Jesus e seu valor salvífico não sejam desvirtuados e ao mesmo tempo aproxima o Deus de Jesus aos sofrimentos presentes em nosso contexto.

Já demonstramos num primeiro momento a visão de Sobrino sobre a crucificação de Jesus como uma condenação sumária. Em seguida vimos como analisa as formulações soteriológicas do NT. Ele afirma, respaldado pela exegese atual¹²⁴, que algumas formulações sobre o valor salvífico da morte de Jesus são pós-pascais, embora estejam em sintonia com toda a vida de Jesus e com a teologia do Antigo Testamento. Com isto, apresenta que tais formulações podem apresentar perigos como

primeiro pensar que esses modelos (soteriológicos) realmente “explicam” a salvação que a cruz enquanto tal traz, sendo que são só uma forma de dizer, racionalmente, que na cruz se manifestou o amor salvífico de Deus. O segundo seria, novamente, tirar as arestas do escândalo da cruz em si mesma: não haveria nada de escandaloso no fato de Deus deixar o Filho morrer, pois só dessa maneira poderia conseguir o bem maior da salvação¹²⁵.

Apesar dessas considerações de Sobrino a temática em questão encontra-se na Notificação da Congregação para a Doutrina da fé (CDF), de 2006 (sendo divulgada em 2007), à duas obras principais de Jon Sobrino: *Jesucristo liberador. Lectura histórico-teológica de Jesús de Nazaret* e *La fe en Jesucristo. Ensayo desde las víctimas*. A Notificação sublinha proposições que não são conformes à doutrina da Igreja, sendo elas: os pressupostos metodológicos enunciados pelo Autor, onde ele funda a sua reflexão teológica; a divindade de Jesus Cristo; a encarnação do Filho de Deus; a relação entre Jesus

¹²³ BOFF, L., *A cruz nossa de cada dia*, p. 28.

¹²⁴ Sobrino sublinha em *Jesus, o libertador*, nota 1, p. 320, que os dados do NT que usa no capítulo VIII sobre a morte de Jesus estão baseados em L. Boff, E. Schillebeeckx, X.L. Dufour, e J.L. Gonzáles Faus.

¹²⁵ SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, p. 325.

Cristo e o Reino de Deus; a autoconsciência de Jesus Cristo; o valor salvífico da sua morte¹²⁶.

Segundo a Notificação Jesus atribui à sua morte um valor salvífico, pois tem um conhecimento íntimo e imediato de Deus e uma visão que vai além da fé¹²⁷. Assim, a Notificação declara que as afirmações de Sobrino em relação às formulações soteriológicas do NT parecem limitadas por substituírem os dados neotestamentários por uma hipotética reconstrução histórica¹²⁸.

Alguns teólogos escreveram vários textos numa tentativa de diálogo com a Notificação para justificar as formulações de Sobrino. O teólogo jesuíta Felice Scalia apresenta algumas deficiências ou lacunas nas proposições da Notificação. Quanto ao valor salvífico da morte de Jesus destaca três pontos¹²⁹:

a) As afirmações de Sobrino foram tiradas do contexto, ou seja, “algumas afirmações” avulsas do contexto induzem a pensar alguma coisa, ou se todas as afirmações conduzem a isto, pois não se levou em consideração o restante da reflexão, pois Sobrino acrescenta à reflexão a seguinte formulação:

Já dissemos antes que esta interpretação é pós-pascal, mas seu sentido salvífico-positivo global tem um importante núcleo histórico que indica o que Jesus pensou sobre sua própria morte. O decisivo está no fato de Jesus afirmar que sua vida é “para”, “em favor de” (hyper) outros e que isso produz neles um

¹²⁶ Em relação à visão de Sobrino a atribuição de Jesus ao valor salvífico de sua morte diz a CDF: “Algumas afirmações do P. Sobrino levam a pensar que, segundo ele, Jesus não atribuiu à sua morte um valor salvífico: ‘Digamos desde el principio que el Jesús histórico no interpretó su muerte de manera salvífica, según los modelos soteriológicos que, después, elaboró el Nuevo Testamento: sacrificio expiatorio, satisfacción vicaria [...]. En otras palabras, no hay datos para pensar que Jesús otorgara un sentido absoluto trascendente a su propia muerte, como hizo después el Nuevo Testamento’ (*Jesu Cristo*, 261). ‘En los textos evangélicos no se puede encontrar inequívocamente el significado que Jesús otorgó a su propia muerte’ (*ibidem*). ‘... puede decirse que Jesús va a la muerte con confianza y la ve como último acto de servicio, más bien a la manera de ejemplo eficaz y motivante para otros que a la manera de mecanismo de salvación para otros. Ser fiel hasta el final, eso es ser humano’ (*Jesu Cristo*, 263). CDF., *Notificação sobre as obras de Jon Sobrino*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20061126_notification-sobrino_po.html>. Acesso em: 01 maio 2009.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ *Ibid.* Assim diz a Notificação: “Num primeiro momento, a afirmação do Autor parece limitada, no sentido que Jesus não teria atribuído um valor salvífico à sua morte com as categorias que o Novo Testamento viria a usar depois. A seguir, porém, se afirma que não há dados para pensar que Jesus deu um sentido absoluto transcendente à sua própria morte. Diz-se apenas que vai para a morte com confiança e lhe atribui um valor de exemplo motivante para outros. Assim sendo, as numerosas passagens do Novo Testamento que falam do valor salvífico da morte de Cristo [Cf. p. ex. Rm 3,25; 2 Cor 5,21; 1 Jo 2,2, etc.] ficam destituídas de toda a ligação com a consciência de Cristo durante a sua vida mortal. Não se tomam devidamente em consideração as passagens evangélicas onde Jesus atribui à sua morte um significado em ordem à salvação; de modo especial *Mc* 10,45 (*Mt* 20,28): ‘o Filho do homem não veio para ser servido mas para servir e a dar a vida como resgate de muitos’; e as palavras da instituição da Eucaristia: ‘Este é o meu sangue da aliança, que será derramado por muitos’ [*Mc* 14,24; cf. *Mt* 26,28; *Lc* 22,20]. Mais uma vez aparece aqui a dificuldade, atrás mencionada, do uso que o P. Sobrino faz do Novo Testamento. Os dados neo-testamentários são substituídos por uma hipotética reconstrução histórica, que é errada”.

¹²⁹ Cf. SCALIA, F., *La teologia scomoda*. II “caso Sobrino”, pp. 71-73.

fruto positivo. É a compreensão da vida de Jesus como serviço e, no fim, como serviço sacrificial¹³⁰.

b) Há uma diferença em afirmar que Jesus não atribui nenhum valor salvífico a sua morte e o que afirma Sobrino: o valor salvífico daquela morte segundo os modelos do Novo Testamento. Sobrino diz o que afirma a ciência bíblica quanto ao texto do NT.

c) O que se discute no parágrafo VI não pertence à integridade da fé, mas a exegese bíblica. Sobrino se limita a exprimir o que diz a maioria dos exegetas hoje.

Segundo Scalia há mais de cinquenta anos a exegese explicou como nascem as categorias neotestamentárias redenção, expiação, satisfação vicária etc, no início da pregação do evangelho¹³¹. Além disso, Sobrino cita Schillebeeckx e Ranher ao afirmar que Jesus não interpretou sua morte de maneira salvífica segundo os modelos soteriológicos elaborados posteriormente pelo NT¹³².

A reflexão de Sobrino está baseada em estudos exegéticos recentes e confirmada pela cristologia de vários autores. Como estamos apresentando as principais interpretações da cruz na reflexão teológica queremos sinteticamente apresentar algumas reflexões que confirmam a de Sobrino.

V. Balthasar afirma que

Jesus é um homem autêntico e a nobreza inalienável do homem consiste num poder, que inclui o dever, de projetar livremente o plano da sua existência no futuro que ignora. Se este homem é crente, o futuro no qual se lança e se projeta é Deus na sua imensidão e liberdade. Privar Jesus desta possibilidade, e fazê-lo avançar na direção de uma meta conhecida antecipadamente e distante só no tempo, seria despojá-lo da sua dignidade de homem. Por isto deve ser autêntico o texto de Marcos: “ninguém conhece a hora... nem mesmo o Filho”¹³³.

Para Moingt

Jesus lê a história de Israel como o haviam feito muitos profetas antes dele: é a história sempre recomeçada de um povo ingrato e indócil, de má fé, que não quer devolver a Deus o que lhe deve. Integra nele sua visão da história dos profetas: um após o outro, todos foram rejeitados e perseguidos, sem que jamais o povo se arrependesse dos maus-tratos infligidos aos enviados de Deus. Portanto, é uma lei geral da história, a de que os homens querem se livrar dos enviados de Deus: Jesus contempla nessa lei a sorte que o espera¹³⁴.

¹³⁰ SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 298.

¹³¹ Cf. SCALIA, F., op. cit., p. 72.

¹³² Cf. SOBRINO, J., op. cit., notas 10-11, p. 289.

¹³³ SCALIA, F., op. cit., p. 68.

¹³⁴ MOINGT, J., op. cit., p. 350.

Segundo Schillebeeckx

“das palavras e ações de Jesus podemos deduzir, a priori, que ele, tão logo a morte apareceu na sua perspectiva, não apenas refletiu sobre tal possibilidade, mas a deve ter vivido existencialmente: as circunstâncias o forçaram a dar à morte que se aproximava um lugar na sua radical confiança em Deus”¹³⁵.

Segundo Schürmann, encontramos no Novo Testamento diferentes formulações sobre a salvação e uma delas refere-se à morte de Jesus como morte expiatória e vicária, pois ele teria morrido na cruz por obediência ao Pai e assim se sacrificara por mim e por toda a humanidade. Tais formulações são pós-pascas, pois a exegese atual afirma que Jesus não apresentou publicamente a doutrina da redenção antes da páscoa¹³⁶. Algumas afirmações do NT sobre a compreensão de Jesus acerca de sua morte têm-se respaldado no Antigo Testamento e no judaísmo palestinese sobre as ideias do poder expiatório do sacrifício e do poder expiatório do sofrimento. Porém, a moderna investigação sente dificuldades de atribuir uma influência desse pensamento em Jesus.

Schürmann, parafraseando Loisy (que afirma que Jesus anunciou o Reino e veio a Igreja), levanta uma possibilidade sobre as formulações soteriológicas do Novo Testamento: Jesus proclamou a mensagem da *basileia* como o libertador caminho da salvação e a Igreja – desde Paulo e Marcos e até mesmo antes deles – proclamou a fé no ato expiatório e vicário da morte sacrificial de Jesus como caminho de salvação¹³⁷.

Parecem dois caminhos opostos: a salvação pela chegada do reino de Deus como supremo ato de Deus e a salvação em virtude da voluntária morte de Jesus como mártir. Segundo Schürmann o que a Igreja depois anuncia está em continuidade com o anúncio pré-pascal, mesmo que haja uma descontinuidade do anúncio da *basileia* feito por Jesus.

Schürmann afirma que a morte de Jesus foi consequência de sua “pró-existência”. Com este termo cunhado e utilizado pela primeira vez por ele em 1972¹³⁸, demonstra que

a significação salvífica da morte de Jesus não pertence só a proclamação de Cristo efetuada depois da Páscoa. Essa significação teve já sua ‘preestrutura’ na conduta e na proclamação de Jesus: a conduta pró-existente de Jesus é, apesar de toda a descontinuidade, o *continuum* que vai desde o Jesus proclamador ao Cristo proclamado, e é ademais a conduta pela qual Jesus é – como Cristo – a

¹³⁵ SCHILLEBEECKX., op. cit., p. 297.

¹³⁶ Cf. SCHÜRMAN, H., *El destino de Jesús: su vida y su muerte*, pp.131-132.

¹³⁷ Cf. *Ibid.*, p.133.

¹³⁸ Cf. KESSLER, H., op. cit., p. 267.

parábola e o representante da pró-existência de Deus e de seu reino (no caso de que a pró-existência de Jesus tenha seu fundamento preexistente)¹³⁹.

Muitos teólogos, inclusive Sobrino, se apropriaram deste termo em suas reflexões cristológicas, portanto faz-se necessário ressaltar como Schürmann desenvolve sua reflexão sobre a morte de Jesus partindo do termo pró-existente.

Segundo Schürmann a pró-existência de Jesus está baseada em sua relação com Deus, isto é, sua vida para os outros flui de sua vida com Deus. Repleto do Espírito de Deus, Jesus vive inteiramente a partir de Deus, portanto dá espaço a Deus em si e em toda a sua vida, por isso deixa acontecer e realiza o amor de Deus que jamais se esgota¹⁴⁰. Jesus anuncia o reino (*basiléia*) de Deus e com este mesmo Deus tem uma maneira particular de se relacionar a ponto de chamá-lo de *abba* (Pai). A *basileia* do *abba* foi o destino de Jesus e nesse sentido, o tema central da sua pregação. A compreensão que Jesus tinha acerca da *basileia* mostra aspectos que admitem a ideia de um possível destino de morte (Cf. Mc 14,25: “Em verdade vos digo, já não beberei do fruto da videira até aquele dia em que beberei o vinho novo no Reino de Deus”).

A maneira de falar, plasmada de novo de maneira originalíssima de Jesus, acerca da chegada da *basileia*, estava aberta para o destino de morte de Jesus. Em certo modo, o termo-símbolo acerca da “basileia de Deus” implicava já como possibilidade este destino. E, assim, depois da páscoa, o *kerigma* da ressurreição do crucificado pode acolhê-lo e pode expressar desta forma como proclamação da *basileia* o conjunto do *kerigma* cristão, qualificando-o assim como “o evangelho” e como *symbolum*¹⁴¹.

A visão que Jesus tinha do mundo era a da apocalíptica do seu tempo. Segundo Schürmann, a esse contexto está também associada à noção de *basileia*, ou seja, esperava-se a instauração do reino. Admite-se que a noção de *basileia* se encontra desde o AT, porém, não se encontra em parte alguma uma proclamação como a efetuada por Jesus¹⁴². Jesus une a noção de reino com o *abba*, tal qual na oração do Pai nosso (Lc 11,12: Venha o teu reino). *Abba* era uma maneira *originalíssima* de Jesus se dirigir ao Pai. Deste modo, a compreensão que Jesus tinha da *basileia* estava plasmada por sua originalíssima experiência do *abba*, e vice-versa¹⁴³.

A *basileia* que chegava se converteu para o orante Jesus um destino, foi para ele desde sempre um destino presente, mas que historicamente lhe foi chegando

¹³⁹ SCHÜRMAN, H., op. cit., p. 204.

¹⁴⁰ KESSLER, H., op. cit., p.363.

¹⁴¹ SCHÜRMAN, H., op. cit., p. 22.

¹⁴² Cf. Ibid., p. 151.

¹⁴³ Cf. Ibid., p. 34.

de maneira cada vez mais clara. Aí poderia estar a verdadeira razão pela qual Jesus se dirigira a Deus com a excepcional invocação de *abba*, mas esta invocação fora por sua vez, em sentido inverso, a razão profunda da originalíssima compreensão que Jesus tinha da *basileia*¹⁴⁴.

O anúncio do reino feito por Jesus devia ir se tornando compreensível para o povo. Porém, tal anúncio estava em sintonia com o “fracasso” de João Batista em sua missão. De certa forma pode-se falar de “fracasso” histórico de Jesus na proclamação da *basileia*, pois “a compreensão de reino de Jesus é concebível paradoxalmente: o eterno reinado e reino de Deus e seu poder se esclarecem parabolicamente na atividade de Jesus como um risco, um infortúnio e uma humilhação”¹⁴⁵.

A *basileia* está intrinsecamente ligada a Jesus e nele centrada de tal forma que plasmou a fundamental atitude “pró-existente” de Jesus enviando-lhe em missão.

O anúncio de Jesus sobre o reino já presente se chocava com todas as frentes do judaísmo, pois a expectativa deste reino era diferente: esperavam uma restauração política. Além disso, o anúncio do reino desencadeou um “movimento”, isto é, um grupo de discípulos que se reuniam em torno dele, e estes seriam mais tarde proclamadores, desse reino já presente. Dentre esses havia membros de grupos extremistas como os zelotas, o que poderia provocar suspeitas de uma revolta popular.

Diante de toda essa realidade Jesus ao anunciar a *basileia*, contava também que sua morte era uma possibilidade como destino, pois havia uma “dinamite” nas mãos. Ao proclamar a *basileia* como realidade presente Jesus pensou seguramente desde o princípio num possível fracasso da proclamação como destino intrinsecamente necessário da *basileia* mesma e, assim, como seu próprio infortúnio possível.

Jesus teve que ter bem presente a possibilidade de sofrer uma morte violenta. Suas experiências iam demonstrando que quanto mais anunciava o reino, mais essa possibilidade ia chegando. Jesus era realista, via o futuro que se aproximava diante de si, se assim não fosse seria um ingênuo. Desde o princípio de sua atividade via a possibilidade de morrer como um mártir, como já havia experimentado o martírio do Batista (Mc 6,17-19).

“Jesus não foi a Jerusalém com o firme propósito de coroar a sua vida mediante uma morte salvífica e de redimir, morrendo, o mundo. Sua expectativa era a chegada de Deus, o reinado de Deus e o reino de Deus, a salvação definitiva.

¹⁴⁴ Ibid., p. 29.

¹⁴⁵ Ibid., p. 118.

Proclamar e apresentar isso era sua tarefa, a que permaneceu fiel até a última hora”¹⁴⁶.

Mesmo com a expectativa da morte, Jesus se pega à validade de sua mensagem e expressa a certeza de que sua morte não poderia deter a vinda do reino de Deus. Jesus ligou seu destino de morte à sua missão e o assumiu de modo ativo na mesma atitude de serviço à vinda de Deus que caracteriza sua atuação anterior¹⁴⁷.

O serviço da vida terrena de Jesus se converteu no serviço da morte. O que caracteriza o serviço de Jesus é a palavra “por” (em favor de, que em grego é “hyper” e em latim, “pro”). Assim, enfatiza Schürmann, Jesus vivia pró-existentiramente como homem para os outros. A vida de Jesus foi um serviço até o fim. Nos Evangelhos essa conduta de Jesus está bem descrita. Jesus ensinou que quem quiser ser o primeiro que seja o último, lavou os pés dos discípulos, acolheu os excluídos da sociedade... Jesus teria concebido a própria morte como serviço à vinda do Reino de Deus. O serviço está presente em toda a vida de Jesus.

Sobrino afirma que o sentido que Jesus deu a sua morte não é absolutamente verossímil que o buscasse nos modelos teóricos do NT: expiação vicária, sacrifício expiatório etc. Referindo-se à tese de Schürmann, levanta o questionamento se Jesus pensou que com sua morte aceleraria a vinda do reino de Deus, isto é, que sua morte fosse serviço explícito ao advento do reino¹⁴⁸.

No próximo tópico de nosso trabalho queremos apresentar a visão de Sobrino acerca da cruz de Jesus como consequência de sua práxis e assim poderemos perceber o quanto o termo pró-existente o aproxima de Schürmann. Porém, como vimos anteriormente, para Schürmann a relação intrínseca entre *basileia* e *abba* é que é o centro da vida de Jesus e seu destino. Sobrino também afirma que a realidade última para Jesus é o reino Deus e que reino e Deus estão intrinsecamente ligados. A diferença é que Sobrino acentua a presença de Deus nesse reino como alguém que se relaciona com a história e a história com ele, isto é,

“a pró-existência histórica de Jesus realiza-se em primeiro lugar para os pobres. A eles anuncia o reino de Deus e nisto consiste sua missão... Esta pró-existência parcial em favor dos outros é a que explica historicamente a pró-existência de Jesus como entrega de si mesmo”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Ibid., p. 250.

¹⁴⁷ KESSLER, H., op. cit., p.254.

¹⁴⁸ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 299.

¹⁴⁹ Id., *Jesus na América Latina*, pp. 59-60.

Jon Sobrino não nega que Jesus tenha atribuído um valor salvífico à sua morte e também não nega a sua morte como redentora, apenas parte de uma reflexão não fundamentalista, isto é, para ele alguns conceitos como sacrifício expiatório, satisfação vicária etc, foram elaborados posteriormente pelas comunidades. Isto não significa que Jesus não deu um sentido à própria morte.

“Jesus não diz em *que* consiste propriamente o sentido de sua morte, mas afirma que para ele a morte não é sem-sentido, pois não anula sua esperança - que formula, além disso, em termos de reino de Deus - o que é coerente com sua confiança depositada no Pai”¹⁵⁰.

Jesus vivia num contexto onde a espera messiânica era fortemente acentuada. Sua vida estabeleceu continuidades e rupturas com a tradição judaica. Ele era um messias, mas não como o povo esperava. Jesus conhecia as escrituras, a realidade e a história de seu povo. Nesse contexto a sua consciência era realmente fazer a vontade do Pai. Pelo “sim” dado ao Pai, Jesus foi assumindo a cada dia a sua missão e sentia que a consequência dela era a morte, pois sua vida incomodava as estruturas presentes. A sua opção preferencial pelos pobres e excluídos daquela sociedade o fez diversas vezes transgredir a lei colocando-os acima dela. Portanto, Jesus não vê a sua morte apenas como um fim trágico, mas como consequência de sua vida doada por muitos. Nesse sentido podemos afirmar que Jesus tinha essa consciência de sua morte salvífica.

Jon Sobrino, afirma o que a fé da Igreja afirma: Jesus é o salvador. A questão do conhecimento de Jesus não faz parte da fé, mas da expressão da fé. Em outros escritos, confirma sua posição em relação ao valor salvífico da morte de Jesus:

...O escolhido por Deus para trazer salvação é o servo; o qual acrescenta escândalo. E cremos sinceramente que a teologia não sabe o que fazer com esta afirmação central, a não ser buscar na “expição vicária” do servo um modelo teórico de compreensão da redenção de Cristo na Cruz, sem que esse modelo ilumine intrinsecamente qual salvação a cruz traz e, muito menos, que salvação histórica a cruz traz hoje. Todavia não afirmar a salvação que o servo traz seria o mesmo que apagar algo central na fé. Analisar quanta salvação e salvação histórica o servo traz é o que a teologia da libertação tentou fazer¹⁵¹.

¹⁵⁰ SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, pp. 297-298.

¹⁵¹ Id., *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*, p.90.

1.4. A cruz como consequência de uma práxis

Após contemplarmos o fato da condenação sumária e morte de cruz de Jesus e as principais interpretações desta mesma morte nas comunidades primitivas e na tradição teológica nos deparamos agora com a tese defendida por Sobrino sobre o porquê matam Jesus. Ao responder esta questão Sobrino demonstra que “uma primeira forma de recuperar o sentido original da cruz de Jesus é considerá-la como a consequência histórica de sua vida”¹⁵². I. Ellacuría afirma que em Jesus “é sua vida que dá sentido último a sua morte”¹⁵³.

Podemos haurir da reflexão de Sobrino, como veremos a seguir, que a *encarnação de Jesus no antirreino que produz a morte, o anúncio do reino de Deus e o Deus da vida que defende e opta pelas vítimas* são as causas históricas da morte de Jesus. Estes três pontos estão intrinsecamente ligados.

O centro da pregação e missão de Jesus era o reino e o Pai. Duas faces de um único amor. Jesus não pregou a si mesmo, pois se sabia, vivia e trabalhava a partir de algo e para algo distinto de si mesmo. O reino de Deus e o Pai são realidades que podem ser a razão do destino histórico da cruz de Jesus¹⁵⁴. Sobrino comprova, dialeticamente, negando o que não é a realidade última para Jesus para chegar ao que é verdadeiramente último. Jesus não é a realidade última para si mesmo, pois não prega a si mesmo. Jesus só pode ser compreendido a partir de algo distinto e maior do que ele mesmo e não a partir de si mesmo diretamente. A realidade última para Jesus não é, simplesmente Deus, mas Deus e seu reino, isto é, Deus em sua relação concreta com a história. Portanto, a realidade última para Jesus é o reino de Deus¹⁵⁵.

¹⁵² Id., *Cristologia a partir da América Latina*, p. 212.

¹⁵³ ELLACURIA, I., El pueblo crucificado. In: MISTERIUM LIBERATIONIS, *Conceptos fundamentales de la teología*, tomo III, p. 200.

¹⁵⁴ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 105. Nosso objetivo aqui é apresentar a relação do reino com o destino de Jesus, portanto não iremos aprofundar a temática do reino desenvolvida por Sobrino. Para isso recomendamos SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, pp. 103-201 e Id., *Jesus na América Latina*, pp. 121-143.

¹⁵⁵ Cf. Id., *Jesus na América Latina*, p. 126. A relação entre Jesus Cristo e o reino de Deus desenvolvida por Sobrino é vista pela Notificação como uma visão peculiar, onde o reino é visto como algo distinto de Jesus. Segundo a notificação Não basta falar de uma conexão íntima ou de uma relação constitutiva entre Jesus e o Reino ou de uma “ultimidade do mediador”, se este nos remete para algo que lhe é distinto. Jesus Cristo e o Reino, num certo sentido, identificam-se: na pessoa de Jesus, o Reino já se fez presente. Uma tal identidade foi posta em realce desde a época patristica. O Papa João Paulo II afirma na Encíclica *Redemptoris Missio*: “Sobre o anúncio de Jesus Cristo, com o Qual o Reino de Deus se identifica, se concentra a pregação da Igreja primitiva”. “Cristo não só anunciou o Reino, mas, n’Ele, o próprio Reino se tornou presente e plenamente se realizou”. “O Reino de Deus não é um conceito, uma doutrina, um programa [...], mas é, acima de tudo, *uma Pessoa* que tem o nome e o rosto de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível. Se separarmos o Reino, de Jesus, ficaremos sem o Reino de Deus por Ele pregado”. CDF., op. cit.

Citando Wilhelm Thüsing, Sobrino afirma que “qualquer tentativa de fazer de Jesus, sem mais, algo absolutamente último, fracassa diante da evidência da exegese. E isto não só a partir do Jesus histórico, mas também a partir do Jesus ressuscitado”¹⁵⁶. Thüsing afirma que

a autoconsciência de Jesus se pôs diante de Deus, como qualquer outra consciência humana, na distância de um ser criado na liberdade, obediência e adoração[...]. Neste sentido é verdade, e não temos motivo para tê-lo escondido, que Jesus proclama o Reino de Deus e não a si mesmo. Jesus é assim o ponto culminante, o caso “exemplar” e original do homem que – numa compreensão transcendental – se encontra orientado “em direção ao mistério inacessível que é o princípio e suporte do ato e o objeto que chamamos Deus”¹⁵⁷.

Ao afirmar que a realidade última para Jesus é o reino de Deus, Sobrino acentua que a vida de Jesus está a serviço do reino, portanto importa o que ele diz e faz a serviço desse reino. Jesus anuncia que o reino de Deus está próximo e se aproxima dos pobres. “Para Jesus, o plano original de Deus é que os homens tenham a vida”¹⁵⁸.

Em *Jesus, o libertador*, Sobrino apresenta a noção de reino de Deus concebida por Moltmann, a qual contribuiu grandemente para a teologia da libertação, embora do ponto de vista latino-americano se criticou sua falta de concreção histórica, como o fará a teologia da libertação¹⁵⁹.

Moltmann entende o reino como um mundo melhor e sem escravidão e que na atualidade deve ser o que foi para Jesus: ele anunciou o reino aos pobres e chamou os cativos à liberdade de Deus. Para Moltmann, os pobres são todos os que vivem à beira da morte e aqueles a quem a vida não deu nada. Os pobres são descritos dialeticamente em relação ao antirreino, pois não podem se defender da violência e da injustiça. O conceito de pobre é oposto ao de opressor, de violento. A libertação acontece no reino de Deus a ser construído. Assim, a boa notícia anunciada por Jesus é para todos, mas só pode ser escutada como boa notícia aceitando a própria pobreza e em comunhão e solidariedade com os pobres. O reino se faz presente para todos e de forma comunitária¹⁶⁰.

“A teologia da libertação parte do reino de Deus anunciado por Jesus, mas o historiza para o presente pela razão óbvia de que a o reino não chegou no

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ SCALIA, F., op. cit., p. 86.

¹⁵⁸ SOBRINO, J., op. cit., p.150.

¹⁵⁹ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 180.

¹⁶⁰ Cf. Ibid., p. 179. Sobrino se refere especificamente à obra de Moltmann *La Iglesia fuerza del Espíritu*. Salamanca, 1978.

tempo de Jesus e o presente exige sua historização¹⁶¹. Os pobres são os destinatários do reino. O pobre é real, por isso não pode ser espiritualizado. O reino de Deus terá a sua plenitude no final da história, mas já se realiza no presente da história.

Para Jesus, os pobres são caracterizados numa dupla linha. Pobres são os pecadores, publicanos, prostitutas (Mc 2,6; Mt 11,19; 21,32; Lc 15,1); são os simples (Mt 11,25), os pequenos (Mc 9,2; Mt 10,42; 18,10.14), os menores (Mt 25,40.45); os que exercem profissões desprezadas (Mt 21,31; Lc 18,11)... Nesta linha os pobres são os desprezados. Por outro lado, pobres são para Jesus os que têm uma necessidade real, na linha de Is 61,1. Pobres são os que padecem necessidade, os famintos e sedentos, os nus, forasteiros, doentes e encarcerados, os que têm fome, os que choram, os que estão esmagados por um peso... Nesta linha de pensamento os pobres são os que estão sob algum tipo de opressão real¹⁶².

Para defender a vida e especialmente daqueles que não a têm em plenitude, Jesus enfrentou todo tipo de força social que de uma forma ou de outra, mediata ou imediatamente, desumaniza o ser humano e lhe dá a morte¹⁶³. Muitos outros foram mortos antes e depois de Jesus por causa de suas palavras e ações em defesa da vida. O que acontece a Jesus não tem nada de misterioso, pois a morte para silenciar aqueles que estão de certa forma perturbando acontece frequentemente. Sobrino acentua que isto é uma grande tragédia, pois não apenas o Filho de Deus foi morto, mas muitos filhos de Deus são mortos a cada dia. O que difere entre a morte de Jesus (o Filho de Deus) e a morte dos inúmeros filhos de Deus é que a morte de Jesus foi consequência de uma escolha de Deus: encarnar-se num mundo que é antirreino. Jesus se encarnou na história concreta. E mais ainda, se encarnou num mundo que é antirreino que mata. Portanto, a morte de Jesus foi consequência de sua vida encarnada. Jesus defende as vítimas desse antirreino ao anunciar o reino de Deus¹⁶⁴.

Ao analisar as causas históricas da morte de Jesus Sobrino sublinha o fato de que a morte de Jesus não foi um erro¹⁶⁵. Antes de sua condenação e morte foi perseguido. Jesus foi perseguido porque “sua pregação e prática representou uma ameaça radical ao poder religioso de seu tempo e

¹⁶¹ Ibid., p. 188.

¹⁶² Id., *Jesus na América Latina*, pp.133-134.

¹⁶³ Ibid., p.150.

¹⁶⁴ Ibid., p.150.

¹⁶⁵ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, pp. 308-309.

¹⁶⁶ Ibid., p. 309.

indiretamente a todo poder opressor, e que este reagiu”¹⁶⁶. Jesus tinha consciência que tal perseguição poderia levá-lo à morte.

Sobrino analisa a perseguição a Jesus comparando-a com a perseguição cruel e em massa que o povo latino-americano sofreu e que continua sofrendo a cada dia de formas mais camufladas: “a cruz imperante no Terceiro Mundo ilumina muito a coerência com que é descrita – em sua totalidade – a paixão e morte de Jesus”¹⁶⁷. O interesse principal de Sobrino é a aproximação com a história do povo crucificado na América Latina, portanto ele mesmo afirma que nada tem a contribuir para a dilucidação exegética de questões relacionadas a avaliação de Jesus de sua própria morte, a historicidade dos julgamentos contra Jesus, as últimas palavras de Jesus na cruz etc¹⁶⁸.

Jesus não vai ingenuamente da Galileia para Jerusalém. Ele sabia que suas palavras e ações incomodavam o poder existente. Todos sabiam que Jesus havia sido batizado por João Batista, que Jesus era mais radical do que ele em seu anúncio do reino. Se Herodes Antipas havia usado o “direito da espada” para decapitá-lo, Jesus sabia que poderia fazer o mesmo com ele. O Sinédrio com seu direito de apedrejar também seria uma ameaça para Jesus, pois também suas palavras e ações criavam situações extremamente perigosas para ele mesmo. Em relação aos romanos, Jesus não entrou diretamente em conflito com eles, porém estes temiam uma revolta popular, e para os escravos e sediciosos a pena era a crucificação. Contudo esta última morte seria a menos esperada por Jesus¹⁶⁹.

As palavras e ações de Jesus o levaram a entrar em conflito direto com os poderes religiosos e, indireto com os poderes políticos. Jesus falava em nome de Deus, anunciava a Deus e ao seu reino e propunha uma escolha desse mesmo Deus e reino. Jesus propôs uma alternativa excludente: Deus ou os deuses que os poderes religioso e político representavam. Com isso inicia-se uma luta entre as divindades e suas mediações, como já afirmamos anteriormente: “as divindades (Deus, Jesus e os ídolos) estão em luta. As mediações (o reino de Deus e o antireino) também. Por isso os mediadores (Jesus e seus adversários) também estão: ‘quem não está comigo, está contra mim’ (Mt 12,30; Mc 9,40)”¹⁷⁰. A atividade de Jesus “dá motivo a numerosos ataques e perseguições e, em última análise à morte. Os deuses da opressão

¹⁶⁶ Ibid., p. 288.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Cf. Ibid.

¹⁶⁹ Cf. SCHILLEBEECKX., op. cit., pp. 294-295.

¹⁷⁰ SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 289.

contra os quais lutou dão-lhe a morte”¹⁷¹. É a experiência e noção de Deus como um Deus da vida que faz com que Jesus entre em conflito com aqueles que não permitem que todos tenham vida. “O anúncio do reino é revelação sobre Deus, é palavra sobre seu amor livre e gratuito, que não depende das disposições éticas e religiosas de seus destinatários”¹⁷².

Sobrino analisa a perseguição a Jesus nos Sinóticos separadamente da perseguição no Evangelho de João, pois este é mais teologizado. Ele conclui que não se pode negar que os Evangelhos são unânimes ao narrar a perseguição que Jesus sofre em sua vida, embora apareça de forma diferente. Interessa-nos aqui não a cronologia histórica da perseguição de Jesus, mas acentuar que a morte de Jesus teve causas históricas e que ele devia estar bem consciente disso¹⁷³.

No evangelho de Lucas a primeira perseguição que Jesus sofre está bem no início de sua missão e esta é em favor dos pobres (Lc 4,18)¹⁷⁴. O reino é preferencialmente para os pobres, pois são os primeiros destinatários a quem anuncia o reino. Jesus relaciona a boa notícia com o reino ao qual foi enviado a anunciar (Lc 4,43). Marcos e Mateus apresentam o início da missão de Jesus com o anúncio da proximidade do reino (Mc1,14; Mt 4,17). Ao longo dos Sinóticos podemos perceber que os dirigentes querem acabar com Jesus. Sobrino enfatiza que todos os Sinóticos apresentam cinco cenas nas quais Jesus corre perigo: a passagem sobre o tributo a César (Mc 12,13-17), a discussão sobre a ressurreição dos mortos (Mc 12,19-23 //), a expulsão dos mercadores do templo (Mc 11,15-19 //), a parábola dos vinhateiros homicidas (Mc 12,1-12//) e Mt e Mc que introduzem neste lugar (Mc 12,28-34: Mt 22,34-35) a discussão sobre o primeiro mandamento¹⁷⁵.

No evangelho de João a responsabilidade da perseguição a Jesus é dirigida aos judeus em geral e não só aos seus chefes como aparece nos sinóticos. Em diversas passagens os judeus perseguem a Jesus: procuravam matá-lo porque não só transgredia o sábado, mas também chamava a Deus de Pai, fazendo-se igual a Deus (Jo 5,16-18); após algumas discussões com Jesus queriam prendê-lo (Jo 7,1.11.25.30.23.44;8,20.59; 10,31); e também após os milagres por ele realizados (Jo 9,22;11,53).

¹⁷¹ Id., *Jesus na América Latina*, p. 150..

¹⁷² GUTIÉRREZ, G., *O Deus da vida*, p.153.

¹⁷³ Cf. SOBRINO, J., *Jesus, o libertador*, p. 289.

¹⁷⁴ Cf. *Ibid.*

¹⁷⁵ Cf. Id., *Jesus na América Latina*, p.172.

O fato de ter tido perseguição significa que a cruz não foi um fatalismo, um acidente ou um erro. Se Jesus foi perseguido é porque estava incomodando, isto é, sua vida apontava para outras perspectivas em todos os âmbitos (social, religioso, político etc) como exigência da chegada do reino de Deus. O reino mexeu com as estruturas estabelecidas e os dirigentes daquela sociedade se sentiram ameaçados. Os Evangelhos expõem os perseguidores: fariseus, sumos sacerdotes, escribas, saduceus, herodianos etc., pois todos têm algum poder econômico, político, religioso, ideológico, religioso-exemplar, policial-militar etc.¹⁷⁶.

Em relação à lei judaica Jesus teve algumas atitudes como explicação, crítica, superação e aprofundamento dela. Tudo isto porque entende que o plano original de Deus é que todos tenham vida e a tenham em plenitude¹⁷⁷. Quando os dirigentes religiosos interpretam a lei para oprimir o outro e privá-lo da vida estão utilizando a Deus para seus próprios interesses, portanto é preciso desmascará-los¹⁷⁸. É visível nos relatos evangélicos que uma grande maioria é privada da vida. E isso devido a uma minoria que oprime. Esses são anatematizados por Jesus porque privam da vida as maiorias de diversas formas¹⁷⁹.

Jesus tem a convicção de que há um antireino, pois o mundo e a sociedade em que viveu não estavam totalmente de acordo com a vontade de seu Pai, Deus. Muitas controvérsias que Jesus enfrentou com os representantes religiosos mostram quem é Deus. Ele é o Deus da vida, que tem a vida acima de qualquer outra coisa. Assim, a sociedade deve ser organizada ao redor da vida. Ao apresentar Deus desta forma, Jesus denuncia o anti-reino e condena os seus responsáveis. As denúncias e os anátemas de Jesus para estes responsáveis são também denúncias contra a sociedade que eles configuram como opressora e podre em sua raiz, pois produz tantas vítimas. As denúncias e desmascaramentos de Jesus, vistos como um todo, soam como práxis. Tal práxis o leva ao seu destino, e este, por sua vez, esclarece o que é o reino¹⁸⁰.

Diante de toda essa reflexão podemos compreender melhor o que Sobrino compreende por pró-existência de Jesus. Em Schürmann a pró-existência resume-se numa vida doada para os outros pela experiência que tem do *abba*. Em Sobrino estes “outros” têm nome e rosto: os pobres. “A pró-

¹⁷⁶ Cf. Id., *Jesus, o libertador*, p. 293.

¹⁷⁷ Cf. Id., *Jesus na América Latina*, p. 150.

¹⁷⁸ Ibid., p.166.

¹⁷⁹ Cf. Ibid., p.159.

¹⁸⁰ Cf. Id., *Centralidad Del reino de Dios en la teologia de la liberacion*, pp.484-485. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J., *MISTERIUM LIBERATIONIS*. Madrid: Editorial Trotta, 1990, tomo I.

existência de Jesus consiste num primeiro momento em anunciar e trabalhar para que os pobres passem da infraexistência à existência dos filhos de Deus¹⁸¹. A opção preferencial de Deus pelo pobre perpassa toda a Sagrada Escritura e não pode ser entendida fora da absoluta liberdade e gratuidade do amor de Deus¹⁸².

A relação que Jesus tem com Deus lhe dá sentido, pois sua referência é o *abba* e não qualquer outra divindade. O *abba* é amor. É a este Deus que Jesus serve com radicalidade, até chegar a ser assassinado, porque crê que a vontade de Deus para o mundo é que todos tenham vida. O Deus de Jesus é o Deus do reino. O reino está em estrita oposição ao anti-reino histórico. “A expressão ‘pai’, portanto, dirigida a Deus, declara desde o princípio qual é para Jesus o fundo ‘último’ da realidade, que não se deve buscar na beleza nem no poder, mas no amor”¹⁸³.

Jesus foi obediente e fiel ao Pai e isto o levou à sua solidariedade com os pobres e a seu próprio empobrecimento pessoal até o supremo despojamento na cruz. Esta pró-existência histórica de Jesus é que permite as primeiras comunidades confessá-lo como o salvador escatológico, e assim nascem os modelos explicativos da sua eficácia salvífica¹⁸⁴.

1.5. Conclusão

Objetivamos apresentar neste primeiro capítulo o sentido original da cruz de Jesus a partir das teses de Sobrino. O ponto de partida de sua reflexão, isto é, de sua hermenêutica, são os povos crucificados de nosso Continente, pois suas cruces remetem à de Jesus.

Num primeiro momento vimos que a cruz de Jesus ganhou diversos significados ao longo da história do cristianismo e para resgatar o seu sentido original Sobrino volta às fontes para analisar os dois processos, político e religioso, pelos quais Jesus passou e, como consequência, foi condenado à morte de cruz. Para Sobrino há em questão uma luta de divindades e de suas

¹⁸¹ Id., *Jesus na América Latina*, p. 59.

¹⁸² GUTIÉRREZ, G., op. cit., p.154.

¹⁸³ SOBRINO, J., *A oração de Jesus e do cristão*, p. 29.

¹⁸⁴ Cf. Id., *Jesus na América Latina*, pp. 60-63.

mediações e de seus mediadores. O processo contra Jesus é, na verdade, um processo contra o seu Deus.

A morte de Jesus foi um escândalo para as primeiras comunidades cristãs. Para dar um sentido positivo à cruz elas buscaram interpretar o fato ocorrido com Jesus. Dessas interpretações nasceram formulações soteriológicas que colocaram em Deus o sentido da morte de Jesus, ou seja, Jesus morreu por nós, para nos salvar. Sobrino não desvaloriza tais formulações, mas adverte-nos que vistas fora de seu contexto podem ajudar-nos a desvirtuar o sentido original da cruz, pois, na verdade, o objetivo principal delas é mostrar como na cruz há salvação e o que é destacado em todo o Novo Testamento é a revelação do amor do Pai através da vida doada de Jesus.

O escândalo da cruz não afetou apenas as primeiras comunidades, mas perpassou a história e a tradição teológica. Desde a patrística a aceitação do abandono de Deus na cruz foi uma dificuldade, por isso nasceram algumas interpretações da cruz a partir do Salmo 22 proferido por Jesus. Já nos séculos seguintes ganham destaque Anselmo de Cantuária com sua teoria de satisfação vicária, Tomás de Aquino que retoma a teoria de Anselmo acrescentando algumas correções e Lutero com sua teologia da cruz.

Com o decorrer da história muitos questionamentos em relação à presença de Deus diante do sofrimento humano foram trazidos para o interior da Igreja. Para responder a esses questionamentos alguns teólogos modernos buscaram na cruz de Jesus a resposta. Dentre eles destacamos J. Moltmann com sua obra *Deus crucificado*.

Por fim vimos a interpretação de Sobrino acerca da cruz de Jesus. Para ele a cruz de Jesus é consequência histórica de sua vida. A cruz de Jesus não é um momento isolado, mas um fato interligado aos demais momentos de sua trajetória. Sua encarnação, vida, opção pelo reino e pelas vítimas do anti-reino, experiência de Deus como Pai e tudo o que isso acarreta o levaram a entrar em conflito com as autoridades de sua época. Isto o levou à condenação e à morte. Resgatar esse sentido, que Sobrino denomina *original*, é essencial para responder aos desafios atuais onde a luta de divindades com seus mediadores e mediações ainda existem e com uma força ainda maior. Além disso, há também uma forte tendência a afastarmos o escândalo da cruz através do ressaltar o triunfo glorioso de Jesus sobre a morte, o que pode tornar-se perigoso para o seguimento.